

Ata da Sessão da Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, realizada no dia vinte e seis de abril do ano de dois mil e dezanove.

Aos vinte e seis dias do mês de abril do ano de dois mil e dezanove, pelas catorze horas e trinta minutos, no Salão Nobre dos Paços do Município de Oliveira do Hospital, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, sob a presidência da Sra. Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro.

Ao iniciar a sessão a Sra. Presidente da Assembleia Municipal, Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, cumprimentou todos os presentes e fez a seguinte intervenção:

“Boa tarde Srs. Deputados. Peço desculpa por estarmos a começar a nossa Sessão um bocadinho para além do horário previsto mas temos aqui muitas coisas para organizar.

Quero desejar que tenhamos uma boa Sessão e espero que tenham tido um bom dia 25 de Abril e que todos, à sua maneira, tenham celebrado o dia 25 de Abril.

Passo a palavra ao Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, para proceder à chamada.”

De seguida o Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, efetuou a chamada dos Membros deste Órgão tendo-se verificado que não está presente o Sr. Deputado João José Pereira Esteves, que solicitou a sua substituição, e que foi substituído pelo Eng.^o Rui Daniel Dias Fernandes.

Igualmente a Sra. Deputada Dra. Ana Marta Mendes Garcia está ausente, e solicitou a sua substituição, tendo sido substituída pelo Sr. Sebastião Pedro Borges Damas Barbosa.

O Sr. Deputado Francisco José Marques Borges Garcia está ausente, e solicitou a sua substituição, tendo sido substituído pelo Sr. Luís Fernando Correia da Conceição Santos.

O Sr. Deputado Eng.^o Rafael Sousa Costa está ausente, e solicitou a sua substituição, tendo sido substituído pelo Sr. António Jorge Duarte Martins.

O Sr. Deputado Luciano Ribeiro Dinis Figueiredo também está ausente, e solicitou substituição, tendo sido substituído pelo Dr. André Duarte Pereira.

A Mesa da Assembleia Municipal considerou justificadas as faltas dos Membros da Assembleia Municipal, nos termos da alínea i) do n.º1 do artigo 6º do Regimento da Assembleia Municipal.

Encontravam-se também presentes nesta Sessão da Assembleia Municipal o Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. José Carlos Alexandrino Mendes e os Srs. Vereadores, Dr. José Francisco Tavares Rolo, Dra. Maria da Graça Madeira de Brito da Silva, Eng.º João Paulo Pombo Albuquerque, Dr. Nuno Jorge Perestrelo Ribeiro, Dr. Carlos Jorge Mamede de Carvalheira Almeida, e Eng.ª Teresa Maria Mendes Dias.

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Eng.ª Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Feita a chamada e verificada a existência de quórum declaro aberta a Sessão.

Vamos passar à apreciação e votação da ata da Sessão Extraordinária de dezoito de janeiro de dois mil e dezanove e pergunto se há alguma alteração ao teor da ata. Não havendo alterações ao teor da ata passávamos à votação.”

Efetuada a votação, a ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de dezoito de janeiro de dois mil e dezanove foi aprovada por unanimidade.

Da presente Sessão da Assembleia Municipal, faz parte a seguinte Ordem do Dia:

I - Informação acerca da atividade e da situação financeira do Município.

II - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea j) do n.º 1 do art.º 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de atribuição de subsídio às Freguesias de Aldeia das Dez, Alvôco das Várzeas, Avô, Lourosa, São Gião, Meruge, Nogueira do Cravo e de Travanca de Lagos, como compensação pelos custos suportados com os trabalhos complementares de recolha e transporte de RSU indiferenciados, no ano de 2017, no valor total de 19.468,80 € (dezanove mil, quatrocentos e sessenta e oito euros e oitenta cêntimos).

III - Apreciação e votação, nos termos da alínea a), do nº 1, do artigo 25º do anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de primeira revisão ao Plano Plurianual de Investimentos do ano de 2019, cujo valor ascende a 895.122,17 € (oitocentos e noventa e cinco mil, cento e vinte e dois euros e dezassete cêntimos).

IV - Apreciação e votação, nos termos da alínea a), do nº 1, do artigo 25º do anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de segunda revisão às Atividades Mais Relevantes, para o quadriénio 2018/2021, cujo valor ascende a 295.000,00 € (duzentos e noventa e cinco mil euros).

V - Apreciação e votação, nos termos da alínea a), do nº 1, do artigo 25º do anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de segunda revisão ao Orçamento para o Ano de 2019, cujo valor ascende a 2.490.122,17 € (dois milhões, quatrocentos e noventa mil, cento e vinte e dois euros e dezassete cêntimos).

VI - Apreciação e votação, nos termos da alínea l), do nº 2, do artigo 25º do anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, do inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação, bem como, apreciação e votação dos documentos de prestação de contas do ano 2018.

VII - Apreciação e votação, nos termos da alínea l), do nº 2, do artigo 25º do anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de aplicação do resultado líquido do ano de 2018.

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Eng.ª Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Ainda a propósito das atas quero recordar que, relativamente à aprovação da ata da Sessão de 28 de dezembro de dois mil e dezoito, o Sr. Deputado João Brito tinha-se absterido porque não se sentia completamente confortável com o texto. Ficou combinado que o Sr. Deputado João Brito iria ouvir a gravação.

Peço ao nosso Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal que leia um documento que o Sr. Deputado João Brito entregou à Mesa da Assembleia Municipal.”

De seguida o Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, efetuou a leitura do documento que foi entregue

na Mesa da Assembleia Municipal pelo Sr. Deputado, Eng.º João Filipe Rodrigues Brito:

“O Sr. Deputado João Brito entregou um documento que diz o seguinte: *“No que concerne à minha tomada de posição, relativamente à aprovação da ata da reunião de 28 de dezembro de 2018, tenho a informar que a mesma se mantém. Depois de ouvir a gravação detetei que, na página 82 após o primeiro parágrafo da ata, está omissa um excerto do discurso do Sr. Presidente da Câmara que passo a citar: “ E por isso, até estranho uma razão, estranho que, às vezes, presidentes de junta tenham algumas votações de dinheiro, tenham uma votação que não é de apoio, depois querem dinheiro da Câmara Municipal, mas eu sei que os deputados do PSD têm toda a legitimidade para votarem como entenderem e os presidentes de junta também, mas os presidentes de junta não se esqueçam que depois vêm cá bater quando querem obras e querem dinheiro e eu estarei cá para lhe responder.”.*”

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Eng.ª Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“O documento que foi lido é a transcrição de uma intervenção verbal mas qualquer um de nós quando escreve sistematiza muito mais. Como foi referido na altura, a Esmeralda ao elaborar a ata procura cuidar um pouco as nossas intervenções. Já tenho lido as minhas intervenções e reconheço que se justifica alguma arrumação de texto mas o Sr. Deputado João Brito considera importante que conste esta intervenção do Sr. Presidente da Câmara e, como tal, a minha proposta é que este texto seja acrescentado como adenda na ata da Sessão de hoje.

Antes de iniciarmos as intervenções do Período de Antes da Ordem do Dia queria fazer um comentário relativamente à nossa Feira do Queijo: Penso que todos têm a noção que a nossa Feira do Queijo é realmente um evento que progressivamente tem ganho notoriedade pela positiva e constitui-se numa realização que progressivamente é mais falada pelo País. Cabe-me manifestar a satisfação que sinto por assim ser. A Feira do Queijo, sendo promovida pela Câmara Municipal, acaba por ser uma realização de todo o Concelho porque capta participantes de várias zonas do País, dá a conhecer a nossa terra, permite criar oportunidades para os nossos empresários e outras entidades. Considero que nos devemos vangloriar porque o Concelho na sua globalidade, sob a coordenação e a liderança do nosso Executivo Municipal, vem trilhando um

caminho muito positivo na realização deste importante evento. Penso que serei acompanhada pela maioria dos Membros da Assembleia Municipal neste voto de satisfação que aqui exprimo.”

Adenda à ata de 28 de dezembro de dois mil e dezoito (intervenção do Sr. Presidente da Câmara Municipal, página 82 após o primeiro parágrafo): “E por isso, até estranho uma razão, estranho que, às vezes, presidentes de junta tenham algumas votações de dinheiro, tenham uma votação que não é de apoio, depois querem dinheiro da Câmara Municipal, mas eu sei que os deputados do PSD têm toda a legitimidade para votarem como entenderem e os presidentes de junta também, mas os presidentes de junta não se esqueçam que depois vêm cá bater quando querem obras e querem dinheiro e eu estarei cá para lhe responder.”.

Seguidamente iniciaram-se as intervenções do Período de Antes da Ordem do Dia e foi dada a palavra à Presidente da Junta de Freguesia de Seixo da Beira, Sra. Isabel Margarida Neves Claro Ferreira, que fez a seguinte intervenção:

“Foi publicado em Diário da Republica, no passado dia 9 de abril o Aviso n.º 6518/2019, referente à requisição, por parte da empresa Fortescue Metals Group Exploration de direitos de prospecção e pesquisa de depósitos minerais de ouro, prata, chumbo, zinco, cobre, lítio, tungsténio, estanho e outros depósitos minerais ferrosos, a efetuar na Região Centro, numa área denominada de “Boa Vista”, localizada nos Concelhos de Oliveira do Hospital, Tábua, Viseu, Penalva do Castelo, Carregal do Sal, Nelas, Mangualde, Gouveia e Seia, com significativa incidência na área da Freguesia de Seixo da Beira, abrangendo ainda Freguesias como Meruge, Lagos e Lageosa, Lagares, Travanca de Lagos, Ervedal e Vila Franca da Beira.

Desde há muitos anos que a nossa Freguesia vem sendo dizimada dos seus recursos naturais por força das explorações que existem, nomeadamente de cassiterite e sobretudo de inertes. Os campos agrícolas e florestais vêm sendo transformados em grandes lagoas, perigos a céu aberto, que “secam” as linhas de água existentes e inviabilizam a agricultura.

A firma Fortescue é a quarta maior produtora de ferro no mundo, uma empresa australiana que trabalha em colaboração com a China.

Preocupa-nos largamente que uma nova autorização de exploração mineira seja concedida, ainda mais deste tipo, alargando a área de concessão,

esventrando e transformando a Freguesia num imenso amontoado de resíduos, destruindo a agricultura familiar existente, colocando em causa atividades económicas relacionadas com o turismo de natureza, entre outros, o que alteraria todo o paradigma de desenvolvimento e colocaria em causa investimentos já realizados e outros em curso, previstos na Freguesia.

Relembro que a Freguesia de Seixo da Beira é extremamente rica em monumentos megalíticos, como por exemplo a Anta da Arcaíña e Anta do Curral dos Mouros, e monumentos romanos, como por exemplo Lagaretas da Cerca, que poderão correr sérios riscos de destruição.

De acordo com o Decreto-Lei 88/90 de 16 março foi estabelecido um prazo de 30 dias para apresentar reclamação, prazo que terminará no próximo dia 9 de maio.

A devida reclamação está já a ser preparada pela Junta de Freguesia e população, pelo que apelo a que o Município e as Freguesias envolvidas se possam juntar a nós, numa tentativa de inviabilização de todo este processo.”

Em seguida, foi dada a palavra à Sra. Deputada, Dra. Sofia Alexandra Alves Duarte Clara, que fez a seguinte intervenção:

“Tendo em conta o que a Sra. Presidente da Junta de Freguesia de Seixo da Beira referiu acho que nós, enquanto Assembleia Municipal, deveríamos tomar uma posição e também acho que nos deveríamos associar à Junta de Freguesia em nome do Município e também por uma questão de devermos preservar o nosso Concelho, e aqui é o melhor sítio para isso.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Este é um assunto que não deveríamos, neste momento, fazer empolamento sobre ele. Percebo perfeitamente a preocupação da Sra. Presidente da Junta por uma razão: Bastaria olharmos neste momento as explorações que se localizam junto à Sobreda com prejuízo brutal no impacto ambiental.

Como todos sabem, as licenças que estão passadas são de exploração de volfrâmio mas, como sabem, o volfrâmio neste momento é o pretexto para a exploração de inertes que são coisas completamente diferentes.

Temos estado a fazer contactos, até por causa de algumas autorizações de exploração que a Câmara não consegue impedir, mas foi conseguido afastar cada vez mais essas explorações para fora do âmbito da própria Sobreda e, por isso, o que lá temos neste momento não é uma coisa que nos dignifique em

termos de impacto ambiental. Acredito que é preciso através de uma candidatura do POSEUR fazer a requalificação de toda aquela zona.

Acho bem que esta Assembleia também se pronuncie e, como eu disse, esta empresa está a fazer a exploração não só em Oliveira do Hospital mas também nos concelhos de Oliveira de Frades, Vouzela, Tondela, Santa Comba Dão, Mortágua, Pena Cova, Vila Nova de Poiares, Arganil, Tábua, Oliveira do Hospital, Carregal do Sal, Seia, Covilhã, Belmonte, Manteigas, Gouveia, Fornos de Algodres, Penalva do Castelo, Mangualde, Sátão e Viseu. Todos estes concelhos estão neste Aviso de Concurso. Na minha opinião este Aviso de Concurso tem uma coisa interessante porque é uma empresa australiana que se dedica ao negócio de lítio. Precisamos de perceber o que é isto do negócio do lítio. O negócio de lítio está relacionado com as baterias.

O Governo Português ao autorizar nestes concelhos todos essa prospeção não está a autorizar a sua exploração. Serão passos significativos e diferentes.

Na minha opinião, nesta fase penso que devemos estar tranquilos. Também se não soubermos as capacidades minerais dos territórios e se não descobríssemos o petróleo também não existiriam carros, não haveria avanço. Precisamos disto e, por isso, sou sincero, não vejo nesta fase, já que está a haver este estudo nestes concelhos todos, e não sei qual vai ser o posicionamento dos outros concelhos, mas com o que esta Assembleia Municipal deliberar ficarei mandatado para fazer a vossa deliberação e, por isso, não há aqui problema nenhum.

Como já disse, não devíamos fazer empolamento porque depois as populações entram logo em stress, e eu percebo aquela população e percebo por uma razão simples. Aquela população tem sido massacrada com problemas de impacto ambiental que um dia temos que resolver. Temos que fazer uma candidatura e aproveitar o próximo Quadro Comunitário para repor a Sobreda da forma como ela é até porque com a queda da estrada de Vila Viçosa estes problemas vieram para os jornais.

Solidarizo-me com a Sobreda e percebo perfeitamente a preocupação com os impactos ambientais.

Esta prospeção do lítio é uma análise em relação aos territórios e é como a exploração do petróleo no oceano atlântico, e depois há grupos ambientalistas que foram contra, mas estavam a fazer só uma análise ao próprio terreno.

A Dra. Sofia Clara fez aqui uma proposta e o que esta Assembleia Municipal decidir eu prometo que seguirei e que farei tudo para que isso seja só prospeção porque para nos opormos precisamos de um documento técnico.”

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Fui absolutamente colhida de surpresa por este assunto e não estou minimamente ao corrente da legislação aplicável em concreto. Sei que nestas situações, uma coisa é a prospeção e outra é a exploração, mas relativamente à própria prospeção, também temos que perceber que podem surgir incómodos e, por isso, temos que estar cientes desses incómodos.

Reconheço que, se os incómodos não forem significativos, não perdemos nada em saber o potencial existente no Concelho. A exploração do lítio é outra coisa.

Como diz o Sr. Presidente da Câmara, é natural que aquela zona esteja altamente suscetibilizada pelos problemas da exploração que era realizada noutros tempos de qualquer maneira, externalizando os impactos e levando os lucros. Estamos noutro tempo!

Acho que devemos ter uma posição prudente. Na legislação estará certamente definida qual é a capacidade de intervenção da Câmara Municipal no processo de autorização da prospeção: Sr. Presidente da Câmara, foi dado algum parecer?”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Até agora a Câmara Municipal não tem nenhum parecer. Este assunto foi encaminhado para os Serviços Técnicos de Urbanismo e o prazo para nos pronunciarmos é até ao dia dez de maio. É referido no Aviso que as reclamações devem ser fundamentadas.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, António Raúl Dinis Costa, que fez a seguinte intervenção:

“Começava por apoiar totalmente a intervenção da Sra. Presidente da Junta de Freguesia do Seixo da Beira porque é uma situação que a preocupa.

Neste momento, estarmos a tomar uma posição poderá ser um bocadinho prematuro porque essa posição pode não ter o impacto que nós desejaremos. Neste momento trata-se de prospeção, e não de exploração, e estarmos a tomar já uma posição relativamente a esta matéria penso que poderá não ter o impacto que terá se efetivamente depois de analisarem os terrenos e de verem qual é o

potencial, e se decidirem avançar para a exploração, então, aí sim, poderemos tomar uma posição nesta Assembleia Municipal no sentido de inviabilizar alguma ação, se isso for prejudicial.

Na minha opinião, ficaria a intervenção da Sra. Presidente da Junta de Freguesia do Seixo da Beira mas, relativamente à tomada de posição da Assembleia Municipal, neste momento, parece-me um bocadinho prematuro. Isto é a minha opinião!”

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Este Aviso do Diário da República foi publicado pela Direção-Geral de Energia e Geologia e ainda está na fase prévia, antes de dar qualquer autorização para prospeção, para ver as reações que possam existir, nomeadamente reclamações fundamentadas. Ainda é uma fase muito prévia e ainda estão a decidir se vão dar autorização de prospeção, ou não. Até dez de maio têm que chegar eventuais reclamações fundamentadas ou proposta contactuais. Está dito no Aviso onde é que está toda a informação sobre o que se pretende fazer.

Considero que devemos entender que uma coisa destas pode não ser uma coisa má e pode ser uma oportunidade. É bom que nós saibamos isso!

No passado tivemos no País explorações mineiras que se constituíram em enormes passivos ambientais, que depois tiveram que ser recuperados. Fiquei agora a saber que na zona da Cordinha também temos alguns passivos resultantes das tais explorações. E acho muito bem, Sr. Presidente, que aproveite os Fundos disponíveis porque essa é uma área em que ainda há disponibilidade de Fundos para recuperar esses passivos. Esses passivos são considerados órfãos, e ao serem órfãos é o Estado Central ou o Estado ao nível local que tem legitimidade para se candidatar. Os privados/responsáveis já não podem candidatar-se a essas coisas porque normalmente já arranjam mecanismos jurídicos para se desvincularem dessa obrigação.

Estou aqui a pensar sobre a questão da oportunidade atendendo ao que está aqui a ser debatido: Penso que todos queremos o melhor para o nosso Concelho e estamos numa fase que não sabemos se o melhor é esta Assembleia Municipal pronunciar-se no sentido de uma reclamação que tem de fundamentar ou se é documentarmo-nos melhor e deixar avançar e estamos sempre em altura de reagir.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. André Duarte Pereira, que fez a seguinte intervenção:

“Também fui apanhado de surpresa e não tinha ideia que já estava tão próximo.

Tenho conhecimento que há vinte e duas prospeções a decorrer neste momento em Portugal. Não fazia ideia que uma delas seria na Cordinha. Há uma exploração em Vila Real e até já há uma iniciativa do Bloco de Esquerda para tentar travar a situação.

Concordo absolutamente com a intervenção do camarada Raúl Dinis e com a posição da Sra. Presidente da Assembleia Municipal.

O lítio é o petróleo branco. Há muita coisa no lítio que nós ainda não conhecemos. As principais explorações de lítio são na Bolívia e estas explorações estão no meio do deserto o que é altamente conveniente para minimizar problemas ambientais e de saúde.

Aquilo que sabemos é que as emissões de partículas em suspensão e emissões de poeiras compostas irão necessariamente provocar problemas a nível da saúde das populações mas também depende se as explorações serão a céu aberto, ou não.

A outra questão com o lítio é que aquilo tem de ser lavado. Aquilo consome bastante água e é preciso a água ser bem filtrada para depois não contaminar os nossos recursos hídricos.

Portanto, a situação é a seguinte: Isto é uma situação muito arriscada. Neste momento o lítio não é reciclado. O lítio está a ser utilizado grandemente nos telemóveis, nos carros, nos barcos, nos aviões. O crescimento da procura de lítio está a aumentar. Os principais compradores de lítio são Chineses o que não significa que nós não consigamos também colocar o lítio a preços competitivos na atualidade. Como o mercado ainda é bastante imaturo isto é um risco.

Pode ser uma oportunidade para Oliveira do Hospital mas não é altura de tomarmos uma posição firme, nem contra, nem a favor, mas é, de facto, algo que deve chamar a nossa inteira atenção.

Venho sugerir a criação de um grupo de trabalho nesta Assembleia para acompanhar todo este processo e comparar aquilo que está a ser feito em outros locais de Portugal.”

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“A sugestão efectuada pelo Sr. Deputado André Pereira parece-me uma boa sugestão.

Sinceramente não é garantidamente a defesa dos interesses do Concelho, e em concreto daquela zona, tomarmos agora uma posição que terá de ser fundamentada para ser considerada. Também tenho que vos dizer, e reforçar o que já vos disse: O exercício de determinadas actividades no nosso País era de uma maneira há trinta anos, há vinte, há dez, e a circunstância de nós estarmos no espaço da União Europeia determina que hoje haja cada vez mais requisitos, e às vezes demais, numa lógica de prevenção para o exercício de determinadas actividades. Portanto, hoje não se compactua com actividades que não acautelem de uma forma evidente e comprovável os eventuais impactos ambientais que ocasionam. Estamos noutro tempo e vocês também o sentem nas vossas vidas.

Parece-me boa a sugestão do Sr. Deputado André Pereira mas a Assembleia fará o que entender.

Hoje não aconselharia a tomada de uma posição porque uma Assembleia Municipal para fazer uma reclamação tem que a fundamentar, e tem que haver condições para até dia dez se preparar uma fundamentação, se houver matéria para isso, e podemos constituir um pequeno grupo. Sr. Presidente da Câmara o que nos diz sobre isto?”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Aqui há duas hipóteses: Os serviços da Câmara Municipal da área do urbanismo vão acompanhar este processo. De qualquer maneira, neste momento não há muitos conhecimentos técnicos. Também não temos assim muito tempo para pedirmos algumas explicações para tomarmos uma decisão.

Com certeza haverá outros Concelhos que vão autorizar essas explorações porque não têm este passivo ambiental e histórico que nós temos.

Da minha parte não me oponho ao que a Assembleia Municipal decidir e também podemos criar um grupo de trabalho ou ficamos com o grupo de trabalho da própria Câmara Municipal.”

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Penso que é mais operativo e mais eficaz, atendendo ao prazo, ser o grupo de trabalho dos serviços da Câmara Municipal.

O que eu acho, sinceramente, é que é necessário ler e estudar o Decreto-Lei. Se calhar, pela leitura do Decreto-Lei vemos que estamos acautelados. O problema é que ainda não lemos o Decreto-Lei e, por isso, é que nos estamos a sentir inseguros.

Em presença dos receios que aqui foram levantados, e eu compreendo perfeitamente que a Câmara Municipal até se tenha sentido tranquila relativamente ao assunto porque eles sabem que não voltam a acontecer as coisas que aconteceram mas, também é legítimo que a autarca daquela zona tenha os seus receios, sinta receios nas pessoas e sinta necessidade de dar respostas seguras.

Parece-me que o adequado é haver um aprofundamento deste assunto e depois veremos se tem que haver uma decisão.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Eng.º Rui Daniel Dias Fernandes, que fez a seguinte intervenção:

“A minha intervenção é simples e acho que faz algum sentido: Os serviços da Câmara Municipal terão conhecimento quando ocorrerem essas pesquisas no terreno. Acho difícil que assim não seja!

Também me parece prematuro estarmos neste momento a fazer o que quer que seja porque não temos estudos.

O André há pouco estava a falar, e ele tem algum conhecimento na área, que os estudos que existem são demasiado vagos para podermos avaliar também o impacto que vai haver.

Acho que neste momento será de todo prematuro e extemporâneo a tomada de decisões embora esteja completamente solidário com a população do Seixo da Beira, e acho que estamos todos. Também acho que os serviços da Câmara Municipal são perfeitamente competentes e caso haja alguma alteração na legislação ou caso haja efectivamente alguém no terreno que venha fazer alguma pesquisa acho que estamos a todo o tempo desta Assembleia ser chamada e tomar uma posição, até porque não temos nenhuma base sólida para estarmos a decidir.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Quero dar mais um esclarecimento relacionado com os Monumentos Megalíticos: É preciso também perceber que essa prospecção não se pode fazer de qualquer maneira porque naquelas zonas existem Monumentos Megalíticos que têm um raio de protecção de cinquenta metros e isso está legislado.”

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Estive a passar os olhos muito rapidamente pelo Decreto que enquadra esta questão. O Decreto acautela que é necessária a consulta por razões de transparência e oportunidade das zonas se pronunciarem mas, do ponto de vista dos requisitos que têm que ser preenchidos para a Direção-Geral de Energia e Geologia autorizar a prospecção, há aqui uma listagem grande de aspetos que têm de ser preenchidos, como por exemplo a questão dos afastamentos. Há salvaguardas suficientes e, se viéssemos a constatar depois do assunto mais estudado que poderia haver ali um problema, estamos sempre em tempo de intervir.

A proposta é a seguinte: A Sra. Presidente da Junta de Freguesia do Seixo da Beira levantou a questão relacionada com a prospecção de lítio e alertou a Assembleia Municipal. Na Assembleia Municipal houve um debate sobre o assunto e considerou-se que era necessário, antes de qualquer tomada de posição, aprofundar o assunto.”

Em seguida foi dada a palavra ao Sr. Deputado, José Ferreira da Cruz Loureiro, que fez a seguinte intervenção:

“Sr. Presidente da Câmara Municipal, o assunto que trago aqui é o seguinte: No passado sábado tive o prazer e a honra de o acompanhar à localidade do Parente onde foi alcatroada uma estrada que já era ansiada há cerca de vinte anos. Esta visita não foi uma inauguração, foi um agradecimento da população da Tapada e do Parente. Foi um agradecimento justo.

Acho que muitas vezes as pessoas não sabem agradecer e a povoação do Parente e da Tapada souberam agradecer. Eu quis alargar este agradecimento perante a Assembleia Municipal.

As pessoas precisam de ter vias de comunicação e posso-vos dizer que com esta obra já houve pessoas da localidade do Parente e da Tapada que

mudaram a sua residência para lá. Isso é importante. As pessoas só não mudavam porque não tinham condições de ali viver.

É um assunto a alargar a todo o Concelho porque às vezes gastam-se cento e poucos mil euros mas na verdade ganha-se porque temos que combater a desertificação.

Acho que com esta obra o Parente, a Tapada, Alvôco, e o Concelho ganhou. Isso é muito importante.

Sr. Presidente da Câmara Municipal, quero agradecer todas as obras que tem feito no Concelho, tanto físicas como obras sociais.

Com o alcatroamento daquela estrada porque não abrir uma porta à Serra do Açor? Porque não abrir uma porta para o Turismo? Porque não encurtar distâncias para a Serra do Açôr?

A estrada nº 230 passa ali ao lado e, neste momento falta alcatroar dois mil e seiscentos metros de caminho para ligar ao alcatrão na Freguesia de Aldeias das Dez ao Chão Sobral. Acho que era uma porta para o Turismo, uma porta para o melhor Santuário aqui da zona, a Nossa Senhora das Preces no Vale de Maceira. Vem muita gente da Beira Baixa ao Santuário da Nossa Senhora das Preces e pode-se encurtar o caminho em cerca de dez quilómetros. Acho que era uma situação a rever. Aquilo que nos resta na nossa zona é o Turismo e é uma forma de promovermos mais o Turismo.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia das Dez, Sr. Carlos Manuel Mendes Castanheira, que fez a seguinte intervenção:

“Estava para começar a minha intervenção por outra parte mas vou começar já pela intervenção do Deputado José Ferreira, que acabou agora de falar, e tenho que lhe agradecer porque realmente o Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia das Dez até hoje ainda não conseguiu fazer isso. Essa lembrança que o Sr. Deputado apresentou aqui na Assembleia Municipal já por várias vezes eu a apresentei ao Sr. Presidente da Câmara Municipal e está prometida.

Acho que aquilo que toca às outras Freguesias deve ser defendido pelos Presidentes das mesmas. Acho que isso é um ato de minorizar quem está ali também interessado pela população do Chão Sobral. A população do Chão Sobral é por mim defendida com unhas e dentes e não preciso de ajudas das Freguesias vizinhas porque para além do Chão Sobral temos o problema da ligação ao Avelar, é outro caso também a considerar.

Portanto, agradeço-lhe e espero que o Sr. Presidente da Câmara Municipal seja sensível ao seu pedido e também aos meus pedidos que já lhe fiz.

Hoje pretendia dar os parabéns ao Sr. Presidente da Câmara Municipal pela coragem que teve em ir ao programa da TVI. Acho que o Senhor teve uma prestação brilhante. Conseguiu estar de uma forma que limitou os ataques que possivelmente estariam preparados para si.

Para mim é um orgulho muito grande e só fiquei com uma dúvida: Há lá uma parte em que o Sr. Presidente fala numa tentativa de um determinado familiar e acho que a jornalista o abafou porque deveria ser algum assunto incómodo. Sinto-me orgulhoso de o ter como Presidente e é nestes pequenos momentos que vemos a coragem das pessoas. Para mim foi um ato de coragem e sinto-me obrigado a transmiti-lo aqui à Assembleia Municipal. Esta é a minha posição.

Também pretendia agradecer-vos, Presidente da Câmara Municipal, e Executivo, pela forma brilhante como os Senhores têm organizado as comemorações do 25 de Abril. Esta data é um marco histórico na nossa democracia. Eu fiz parte do 25 de Abril, andei nas ruas, era a minha geração. Se para a juventude o 25 de Abril não lhes diz nada, para mim, que andei lá, a minha vida alterou completamente com o 25 de Abril. É discutível os excessos que se cometeram porque tudo isso é normal.

O Senhor pode rir-se à vontade porque o Senhor deve ter nascido em berço de ouro mas eu não. Eu sou filho de um camponês esmagado pela riqueza dos mais fortes e é por isso que eu defendo a democracia. Não se esqueçam que isto é cíclico e amanhã podemos estar no mesmo barco.

Quero dar os parabéns ao Sr. Presidente da Câmara Municipal e ao seu Executivo porque estas comemorações do 25 de Abril mostram a grandeza que vocês têm tido na condução dos eventos, das chamadas festas. Esta é mais uma festa a juntar às festas brilhantes que os Senhores têm organizado e que são utilizadas por outros.

Relativamente às intervenções feitas, ontem, no Salão Nobre, e vou começar pela primeira, que não está aqui porque não é Deputada mas, que serviu como exemplo: Para ser político não é preciso ser sectário, não é preciso ser mal criado, não é preciso ser agressivo. Podemos transmitir as nossas ideias com correção e atuando com as nossas divergências, que são legítimas, e mal de nós se todos corrêssemos para o mesmo lado.

Ser politicamente divergente, acho que é um ato salutar. É isso que obriga os partidos que estão no poder a serem melhores e a corrigirem as possíveis injustiças. Temos que saber lidar com as diferenças.

O Concelho durante cerca de quarenta anos foi dominado por uma força política e, felizmente, hoje, tivemos a possibilidade de mudar para outra força política e, por aquilo que estou a ver, estão a dar um exemplo de democracia e não há aqui nenhum ato sectário, que eu conheça, feito pelo Presidente da Câmara Municipal.

Para si, Sr. Deputado do CDS, Nuno Rafael, quero dizer-lhe o seguinte: A Deputada do PSD deu-lhe uma lição de correção e de democracia, e o Senhor não se esteja a rir, o Senhor tem que me respeitar porque tenho idade para ser seu pai.

O Sr. Deputado disse o que tinha a dizer e eu não concordo minimamente. O texto foi muito bem escrito, não sei se foi por si, mas certamente que o foi porque o Senhor é que o leu. Foi de uma agressividade, a forma como o transmitiu, e o teor do mesmo não me agradou. mas isso é outro assunto e, eu não tenho nada a ver com isso.

Acho inadmissível que, numa cerimónia de comemoração do 25 de Abril, o Senhor esteja sentado nesta mesa a clicar no telemóvel sem dar atenção às pessoas.”

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Sr. Deputado Nuno Rafael, esta é uma sala onde nós procuramos contribuir para o esclarecimento e para o debate de ideias.

Peço que as pessoas se contenham e não contribuam para a crispação. Também é importante que não se firam suscetibilidades pessoais. Tenha isto em atenção.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Nuno Rafael Oliveira Dias, que fez a seguinte intervenção em defesa da honra:

“Eu respondo de forma elevada: Dizer que não nasci em nenhum berço de ouro. Sou a primeira pessoa do meu seio familiar a conseguir ir para o Ensino Superior. O meu pai é bate chapas e a minha mãe neste momento é desempregada e nem sequer vive no Concelho.

Eu não aceito lições de moral da sua parte e dizer-lhe que também não aceito nenhuma lição de moral da democracia. Aquilo que eu vim ontem aqui dizer é história e está nos compêndios. Salvo o erro, talvez ali o Deputado André Duarte Pereira tenha um conhecimento tanto como eu porque tem estudos na área, e certamente nenhum Deputado nesta sala terá tanto conhecimento como eu nesta área porque eu estudo todos os dias.

Portanto, eu não aceito lições de moral nem lições de história e se o Sr. Deputado conseguir encontrar uma imprecisão histórica, ou uma mentira, eu desafio-o a vir aqui comprová-lo.”

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Tenho que fazer aqui um comentário. Sr. Deputado Nuno Rafael Dias, o que lhe queria dizer é o seguinte: O Senhor deve ter trinta anos? Tem vinte.

Eu tenho sessenta e cinco anos e, sobre qualquer matéria, tenho dificuldade em dizer que ninguém sabe mais do que eu. A vida ensinou-me e quanto mais velha fico e quanto mais experiência de vida vou tendo mais sinto que tenho tanto a aprender. Gostava de conversar consigo sobre alguns assuntos. Eu gostava! A vida ensinou-me que há sempre razões e podemos sempre aprender uns com os outros.

A sua atitude foi de falta de humildade quando disse que aqui na sala só o Senhor e outra pessoa é que têm estudos académicos na área da história. Podemos ter estudos em determinadas áreas mas a vida por outras vias, às vezes, ensina mais.”

Seguidamente foi dada a palavra à Sra. Deputada, Maria Alice Antunes Mendes Gouveia, que fez a seguinte intervenção:

“Quero aproveitar esta oportunidade para apresentar uma preocupação e dois desafios. Por mera coincidência o tema da minha preocupação coincide com a intervenção da Sra. Presidente da Junta de Freguesia de Seixo da Beira, D.^a Margarida Claro: Sr. Presidente da Câmara Municipal, é do seu conhecimento, e da Junta de Freguesia do Seixo da Beira, um problema que se vem arrastando há demasiados anos, antes mesmo do seu primeiro mandato, mas que tem vindo a agravar-se.

Quando concluída, em várias zonas situadas entre o Seixo da Beira e a Sobreda, a exploração de cassiterite, areias e inertes, as empresas não alagaram

os enormes buracos originados pela extração dessas matérias, tendo-se formado várias lagoas, em alguns casos, separadas umas das outras, apenas, por vias públicas, que são passagens regularmente utilizadas por camiões no transporte de pinheiros, por tratores e outros veículos. Algumas lagoas chegam a ter uma altura aproximada de quinze metros de água e, por vezes, a água transborda para essas vias estreitas, sem proteção alguma, resultando num perigo iminente de derrocada, pondo em risco vidas humanas e afetam as propriedades rústicas adjacentes. Além disso, durante o verão, alguns adolescentes vão nadar nessas lagoas, sem se aperceberem dos perigos a que estão sujeitos. Não cumprindo, nem as normas/regulamentos do ambiente, nem de segurança, por falta de vedações, de sinalética e de editais de alerta de perigo, não podia, Sr. Presidente da Câmara Municipal, deixar de partilhar esta preocupação.

Quero congratular o fim da construção da Capela Mortuária das Seixas e já estar decidido o local para a construção da Capela Mortuária da Sobreda.

Primeiro desafio: A criação de Postos de Turismo, arquitetonicamente iguais, para passarem a ser facilmente identificados, que fossem instalados em lugares chave do Concelho, tais como, as Praias Fluviais, a zona romana da Bobadela e outros, com maior presença de visitantes, nos quais, todos os tipos de produtores concelhios desde artesanato, queijarias, enchidos, licores, doçaria, azeite, agricultores, têxteis, independentemente da sua localidade, pudessem publicitar e colocar os seus produtos à venda. Além dos produtos em exposição, as empresas podiam ter, aí, panfletos com o seu historial e indicação, de como pudessem ser encomendados os seus produtos. Os restaurantes e todos os empresários que desejassem, também, podiam ter aí, panfletos.

Segundo desafio: Este desafio tem a ver com o facto de já ter palmilhado todas as Freguesias do Concelho e, em cada uma delas, ter deparado com beleza natural e única, que as distingue umas das outras.

Que tal fazerem vídeos de promoção dos seus lugares, das suas riquezas/fontes de rendimentos e, durante a EXPOH, antes dos espetáculos noturnos, enquanto o público esperava, sem interferir com a preparação dos mesmos, haver uma tela gigante, em frente ao palco, onde passassem esses vídeos, a publicitar cada uma das freguesias?

No palco junto aos restaurantes, quando não estivesse a ser utilizado, principalmente durante as horas das refeições, podia passar o mesmo vídeo.

Seria uma forma dos visitantes conhecerem, melhor, as ofertas locais, desde a FAAD, aos Lares de Terceira Idade, aos restaurantes e pastelarias, etc.

Pretendo que estes desafios sejam vistos como um complemento, não pretendendo criticar nem me sobrepor ao trabalho que tem vindo a ser desenvolvido, mas considero uma obrigação de cada um de nós contribuímos para que Oliveira do Hospital seja reconhecido como um Concelho de excelência.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. João Luís Oliveira Figueiredo Ramalhete de Carvalho, que fez a seguinte intervenção:

“As várias intervenções de ontem na sessão evocativa do 25 de Abril levaram-me a uma reflexão. Queria começar a minha intervenção de hoje por evocar os valores do 25 de Abril e fazer aqui uma pequena reflexão: Não haverá, certamente, desde há quarenta e cinco anos, palavra mais gritada do que liberdade. Será a mais sentida, a mais desejada, a mais querida, mas também tantas vezes vilipendiada, esquecida, esmagada e adormecida.

A ideia de liberdade nasceu com o homem e um dia há-de morrer com ele. É um conceito impreciso, discricionário, subjetivo e à volta do qual sempre dançaram os filósofos da palavra, nem sempre convergindo, antes pelo contrário, divergindo sempre.

Numa breve incursão pela história e pela bruma dos tempos, e numa pequena amostragem da infinita diversidade de conceitos gostava de vos falar da palavra liberdade:

Para Aristóteles a liberdade significava a capacidade de decidir-se a si mesmo para um determinado agir ou omissão. Aristóteles entendia que a harmonia e a paz dependiam do exercício da liberdade.

Sócrates acreditava que o homem livre é aquele que consegue dominar os seus sentimentos e acima de tudo os seus pensamentos.

Séculos depois, em plena Idade Média, a conceção de liberdade tinha a ver com a elevação do espírito e a superação das tentações e do pecado. Era o tempo em que a ideia de liberdade era influenciada pela igreja que pregava que o homem tinha a sua vontade determinante e condicionada por uma natureza superior.

Para Santo Agostinho, o homem é livre porque pode escolher entre o bem e o mal.

Para Martinho Lutero, tudo o que acontece com o homem é fruto da soberania de Deus, pois ele controla tudo e todos.

Sartre, mais tarde, virá a recusar todo o determinismo e aquela forma de condicionamento negando por isso a ideia de Deus, invertendo a tese de Lutero. Para Sartre, como Deus não existe a liberdade é absoluta.

Com Rousseau surge a ideia de que a liberdade é simultaneamente um direito e um dever. Os homens nascem livres e a liberdade não existe sem a igualdade.

Em Kant vemos o predomínio da razão pura e a liberdade está relacionada com autonomia.

Schopenhauer diz que a ação humana não é absolutamente livre. O homem, objeto entre objetos, coisa entre coisas, não possui liberdade de ação porque não é livre para deliberar sobre a sua vontade.

Para Fernando Pessoa, a liberdade é a possibilidade de isolamento. Não depender do nada, que pode ser o dinheiro, a necessidade gregária, o amor, a glória ou apenas a necessidade.

Meus caros, como facilmente observamos a partir desta ínfima parcela de ideias diferenciadas, liberdade pode ser o tudo ou o simples nada.

Liberdade é uma paleta de cores onde cabe o arco-íris, sujeitas ao alcance das nossas convicções de estrutura ideológica.

Prefiro, por isso mesmo, sublinhar Tolstoi quando disse que só alcançamos a liberdade quando procuramos a verdade, afirmando-se a liberdade como uma consequência mas nunca como um fim.

Aquilo que assistimos na sessão evocativa do 25 de Abril foi uma distorção da verdade.

A procura da verdade, a procura incessante da verdade, é esse o testemunho que este Executivo tem vindo a dar. Governar em liberdade mas sempre tendo por base a verdade e os superiores interesses dos Oliveirenses.

Foi esse testemunho que assistimos ontem no programa da TVI onde, olhos nos olhos, o Sr. Presidente da Câmara Municipal desmascarou a MAAVIM e o seu porta-voz e onde deu conta que das cento e vinte e duas candidaturas, aprovadas pela CCDR para casas de primeira habitação, já estão concluídas noventa e dezoito estão em execução.

Sr. Presidente da Câmara Municipal, parece-me que não falou sobre as empresas e sobre os projetos aprovados e queríamos saber quantos projetos foram aprovado e qual é o investimento que foi elegível e quantos postos de trabalho é que se salvaram?

Queria também dizer-lhe, Sr. Presidente da Câmara Municipal, que há muitas formas de governar em liberdade e em verdade mas estou certo que a

defesa intransigente dos interesses do Município, desta região e dos Oliveirenses é uma forma de honrar os princípios e os valores de Abril.”

De seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Eng.º João Filipe Rodrigues Brito, que fez a seguinte intervenção:

“Primeiro Ponto: Relativamente às palavras proferidas pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal na reunião de vinte e oito de dezembro tenho a dizer que acredito que aquelas palavras ao serem proferidas foram sentidas logo, no meu entender, não fazem qualquer sentido as comemorações, realizadas ontem, dos quarenta e cinco anos do 25 de Abril e da vitória da democracia sobre a ditadura, pelo menos, neste Concelho.

Aliás, o Sr. Presidente da Câmara Municipal, que em diversas ocasiões apregou que iria acabar com os Presidentes de Junta de chapéu na mão, sem justificação para tal, até porque nessa altura, independentemente das cores políticas, as obras apareciam realizadas, vem agora vedar, ou no mínimo condicionar, as obras realizadas e as Juntas de Freguesia onde são realizadas tomando como critério o partidarismo dessa Junta de Freguesia.

O Sr. Presidente da Câmara Municipal faz questão de condicionar aqueles que ousarem votar contra os seus Orçamentos ou intentos punindo-os com a não realização de obras ou financiamento das mesmas nas Juntas de Freguesia que representam, prejudicando deste modo todos os fregueses e munícipes e não apenas o seu Presidente de Junta. Facto evidente na expressão “*quando querem obras e querem dinheiro eu cá estarei para lhes responder*”.

Pergunto eu: Onde estavam os Srs. Deputados desta Assembleia Municipal, no dia vinte e oito de dezembro, que não ouviram estas palavras e de imediato vêm ao púlpito defender a tão sagrada política socialista?

Sim, vocês, alguns com tenra idade, mas que já se lembravam que aquando do tempo do PSD os Presidentes de Junta de Freguesia andavam de chapéu na mão. E onde estavam os mais velhos que andam aqui, há pelo menos dez anos, com falácias sobre a governação de chapéu na mão?

Suponho que vivemos num Concelho e num País democrático onde ainda ontem se comemoraram quarenta e cinco anos de democracia.

Assim, o PSD rejeita e repugna um Concelho, cujo Presidente tem um discurso completamente antidemocrático e até persecutório, não podendo nunca compactuar com tais afirmações, dependendo-se que estas a serem governados por alguém que impõe uma política do “eu quero, posso e mando”

ou do “estás comigo ou contra mim” o que num País democrático é completamente inadmissível.

Por todo o exposto tenho de informar todos aqueles que insistirem em fazer referências ao tempo daquele Senhor em que os Presidente de Junta andavam de chapéu na mão que eu citarei, em alta e viva voz, tantas vezes quantas as necessárias, as palavras do atual Presidente de Câmara Municipal, “se votarem contra as minhas propostas quando quiserem obras e dinheiro, eu cá estarei para vos responder”.

Segundo Ponto : Sobre aquilo que já é assumido como um mito (o mito do IC6), um filme com início em setembro de dois mil e cinco, protagonizado pelo então Secretário de Estado das Obras Públicas, Paulo Campos, que anunciava a construção do IC6 entre a Covilhã/Torroselo/Coimbra, IC7 entre Vendas de Galizes/Celorico da Beira e IC37 entre Seia/Nelas /Viseu. Mito este que o Sr. Presidente da Câmara Municipal insiste em alimentar até à presente data à semelhança do que fizeram Paulo Campos e Pedro Marques.

Há que lembrar que no tempo em que o PSD era Governo de um País falido pela governação socrática e sob resgate financeiro da Troika, o Sr. Presidente da Câmara Municipal continuava, bem como outros eleitos pelo Partido Socialista, a reivindicar a construção das obras na sua totalidade. Curiosamente, após a eleição do PS, aliás, não lhe podemos chamar eleição mas antes Coligação da Geringonça, foram feitos inúmeros anúncios por parte do Sr. Presidente, várias promessas por parte do Ministro do Planeamento e das Infraestruturas, Pedro Marques, atual candidato às Eleições Europeias, do início das obras mas, agora, apenas do suposto projeto do IC6 até Torroselo.

Bem, Sr. Presidente, afinal em que ficamos? Propagandeou desde sempre esta bandeira aliás, fez depender da execução desta empreitada, ou do projeto da mesma, ou de coisíssima nenhuma, a sua última candidatura. Mais uma vez, nos últimos dias, mais um indício de esperança da construção do IC6 ou do projeto do IC6 ou do projeto do projeto do IC6.

O que é isto, Sr. Presidente? Com quem andamos a brincar?

Sim, porque no tempo do PSD não havia dinheiro, o Sócrates tinha-o gasto, agora há, ou havia! É que já lá vão três anos de geringonça e nem construção de IC6, nem projeto ou projeto do projeto.

Sr. Presidente da Câmara Municipal, Pedro Marques ficou conhecido pelo Ministro das promessas das obras do nada ou das obras de dois mil e trinta, o Sr. Presidente da Câmara Municipal pretenderá ficar conhecido, com

certeza, como o tudo ou nada do IC6, prometia tudo e não fazia nada, porque o IC6 se algum dia chegar já chegará tarde!”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, António Raúl Dinis Costa, que fez a seguinte intervenção:

“A minha intervenção é sobre um tema que já aqui foi referido mas, de qualquer forma, gostaria de realçar e felicitar a Câmara Municipal pelas comemorações do 25 de Abril. A Câmara Municipal tem feito sempre essas comemorações desde que tomou posse e isso permite não deixar esquecer o que era a opressão e o que é a liberdade.

Não vou referir-me à história, porque como disse o Nuno Rafael Dias ele estuda história e eu estudei história num tempo diferente, mas dava só um exemplo para vermos qual é a diferença entre a opressão e a liberdade e a democracia: Eu era mais novo do que o Nuno Rafael Dias e do que o André Pereira e um grupo de jovens de Lagares da Beira, entre os quais estava eu, decidi criar um clube para nos juntarmos à noite, para ouvirmos música, para ler, para conversar, para todas aquelas coisas que fazem na juventude. Nesse clube tínhamos livros, tínhamos discos e juntávamo-nos assiduamente e qual é o nosso espanto quando o Presidente da Junta de Freguesia de Lagares da Beira recebe uma comunicação do Governo Civil a dizer-lhe para averiguar um sítio onde se juntam uns jovens porque provavelmente estão a ser feitas reuniões subversivas e então, recebemos a visita de uma pessoa e entre os livros que estavam nessa pequena biblioteca estava um, que era a Forja de Alves Redol, e motivado talvez por isso fomos impedidos de continuar com o clube e tivemos que o encerrar. Isto é só para referir que não é preciso ir à história para ver a diferença entre opressão e democracia e liberdade e para quem não estuda história acho que isto define bem essa diferença.

Como já referi queria felicitar a Câmara Municipal pelas comemorações do 25 de Abril porque isso também permite trazer muitos jovens a estas festividades e dar-lhes a consciência do que é realmente o 25 de Abril, do que é a liberdade e a democracia. Há muitos jovens que não conhecem porque se calhar não estudam história e assim é bom para terem presente esse tipo de situações.

Queria perguntar ao Sr. Presidente da Câmara Municipal como é que está a decorrer o abate de árvores junto às estradas. Gostaria que nos dissesse alguma coisa sobre esta matéria.

Relativamente à intervenção do Deputado João Brito quero dizer o seguinte: Enfim, nem sei se poderei dizer alguma coisa! É a opinião dele e a democracia também nos permite isso. Esta declaração do Sr. Presidente da Câmara Municipal vem no contexto da discussão do Orçamento.

Na discussão do Orçamento o Sr. Presidente da Câmara Municipal diz que tem de ter receitas e se não tiver receitas e se o Orçamento não for aprovado como é que os Presidentes de Junta lhe podem vir pedir obras e dinheiro se não tiver Orçamento para as poder fazer. Penso que é normal que se dê este exemplo e, por isso, não há aqui nenhum ato de intimidação porque os atos que este Executivo tem feito com os Presidente de Junta de Freguesia, não os diferenciando, independentemente do partido a que pertencem, e tem criado mecanismos na atribuição de subsídios e financiamento das Juntas, para que os Presidente de Junta sejam autónomos e possam fazer aquilo que entenderem.

Acho que não há aqui nenhuma ato de intimidação, o que há é a discussão de um Orçamento. Estas palavras que o Sr. Presidente da Câmara Municipal disse são num contexto de discussão do Orçamento e penso que isto não tem nada demais.”

Depois foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Tiago Fernando Rolo Martins, que fez a seguinte intervenção:

“Tenho pena que o Sr. Deputado João Brito não esteja aqui neste momento porque eu gostava de fazer uma conta, e acho que não me vou enganar: Mil; Dois mil; Três mil; Quatro mil; Cinco mil; Seis mil; Sete mil; Oito mil; Foram mais de oito mil votos e os PSD ainda acha que o Concelho quer voltar ao antes de dois mil e nove!

Gostaria de aproveitar este Período de Antes da Ordem do Dia para destacar a doação de cinco mil peças de roupa de criança que foi feita a Moçambique no seguimento do ciclone que afetou este país. Esta ação não é só o reflexo da solidariedade e da humanidade do povo de Oliveira do Hospital para com o povo de Moçambique como é também um contributo relevante do Município para a política externa portuguesa.

A relação entre Portugal e os Países de Língua Portuguesa é hoje uma relação entre iguais, onde a língua portuguesa constitui o principal elemento de união que aprofunda as relações entre os países da Comunidade de Países de Língua Portuguesa.

Neste contexto, a cooperação externa portuguesa desenvolve-se hoje a vários níveis, havendo uma intervenção para além do Estado Central, de várias entidades públicas e privadas.

Assim, o Município de Oliveira do Hospital presta com esta doação um serviço humanitário, mas presta também um serviço importante à política externa nacional.

É com ações deste tipo, apesar de excepcionais, que Portugal demonstra aos seus países irmãos a sua solidariedade e humanidade e a sua pretensão de reforço dos laços da cooperação política.

Pode dizer-se, com verdade, que o contributo de Oliveira do Hospital não resolve os problemas de Moçambique mas, integrada esta ação num movimento nacional de solidariedade, pode afirmar-se que andou muito bem o Município de Oliveira do Hospital, o que não pode deixar de ser aqui destacado.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Eng.º Rui Daniel Dias Fernandes, que fez a seguinte intervenção:

“Ontem comemorou-se os quarenta e cinco anos do 25 de Abril e já muito se falou sobre isso. Acho que já se extremaram em demasia as posições. Como em tudo, acho que é preciso imperar o bom senso. O 25 de Abril não foi da esquerda nem da direita. O 25 de Abril foi do Povo!

Em quarenta e cinco anos muito se fez, muito ficou por fazer, certamente, e quando olhamos para trás vemos que realmente os pressupostos do 25 de Abril falharam em muita coisa. É verdade que as coisas melhoraram na saúde, há pouco o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Aldeias das Dez falava dos berços de ouro, recordo-me plenamente do meu avô me falar que há cinquenta anos no Hospital em Coimbra as camas eram nos corredores, hoje em dia está melhor, mas o meu avô está lá internado e chegamos ao fim de semana e não há refeições. As refeições são à base de iogurte e fruta.

Por isso, quando se fala que está tudo muito bem, é bom recordar, é bom que se mantenham os princípios da liberdade, é bom que não se esqueça que está muita coisa por cumprir e quando se pensa que realmente estamos muito bem na Saúde, muito bem na Educação, não estamos porque temos muito para melhorar. Não podemos desinvestir na saúde, como fez a Ministra da Saúde há bem pouco tempo, e isto também não desculpa o que outros Ministros da Saúde do PSD também fizeram. Não podemos apagar listas de espera dos doentes, não podemos estar um ano e meio à espera de consultas de especialidade. Isto é

ridículo! Isto é digno de um país de terceiro mundo e não é este o Portugal que queremos.

Não é possível que em Portugal a Educação esteja a cair pela base e não termos auxiliares para acompanharem o dia-a-dia da Escola. É inacreditável que hoje em dia os professores sejam quase achincalhados pelos pais se fizerem uma reprimenda à criança.

Certamente que não é este o Portugal que nós queremos e certamente que não foi para isto que o 25 de Abril foi criado.

Acho que temos de corrigir isto e não adianta recebermos prémios porque somos o topo de gama da Educação quando depois a Educação cai pela base!

Acho que todos temos que melhorar estes aspetos e todos nós temos que dar um contributo.

Queria também partilhar aqui uma coisa que me preocupa e mais uma vez não vou fazer tábua rasa, as coisas são como são e temos que chamar os dignos pelos nomes

Não podemos continuar a ter Governos que mais parecem uma reunião familiar e vão dizer-me que no tempo do Cavaco Silva era igual e eu também concordo mas os maus exemplos não servem para nada e nós temos de melhorar. Queremos ser os melhores da Europa, queremos ser os melhores do mundo e fazemos o mesmo que os Países do terceiro mundo? Não pode ser!

Acho que nos falta cumprir muitos pressupostos do 25 de Abril.

Gostava de dar uma palavra sobre aquela entrevista com a Ana Leal: Sr. Presidente da Câmara Municipal, vou dizer-lhe claramente e olhos nos olhos o seguinte: Aquilo que o Senhor fez ontem, já o devia ter feito antes porque houve coisas que foram ditas que são puras verdades, houve outras que, se calhar pelo arrastar das coisas, foram repetidas várias vezes e a desinformação já é tanta que ninguém percebe o que é real e o que não é. Vou dizer-lhe claramente que acredito que aquele Senhor que apareceu, nós temos de perceber o que é uma pessoa com mais de oitenta anos porque nessas idades não há ninguém que demova as pessoas das suas casas.

O que ali estava retratado, no fundo, era um achincalhamento mas, precisamente por isso, e se o Sr. Presidente tivesse ido anteriormente isso não se estava a passar. Também lhe digo com toda a sinceridade, não gostei que tivesse falado que aquele Senhor estava lá porque era do PSD porque ali a questão de ele ser do PSD é irrelevante, tal e qual como aqui nesta Assembleia onde estão Deputados Municipais ou Presidentes de Junta que são militantes do PSD e foram eleitos por outras cores partidárias. Isso é irrelevante porque o que

interessa é o papel que as pessoas desempenham. Aquilo que, se calhar, a MAAVIM está a fazer poderá ser duvidoso. É o que é! Não interessa estar a fazer colagens partidárias porque aquilo é muito mais do que a questão partidária.

Também lhe digo sinceramente, só não gostei que o Senhor a determinada altura tenha baixado o nível e vou explicar-lhe porquê: Porque quando a outra parte baixa o nível nós não somos obrigados a ir e acho que o Sr. Presidente devia ter travado um bocadinho.

Vou dizer mais uma vez: Acho que o Senhor defendeu muitas vezes, e na minha visão, erradamente a CCDR porque a grande maioria das falhas que nós temos relativamente às reconstruções dos incêndios devem-se à falha do Estado e da CCDR. O Senhor enquanto Presidente do Município acaba por apanhar com os estilhaços que não tem de apanhar.

Eu continuo a ter esta visão e até posso estar equivocado mas acho que a realidade é essa.

A CCDR falhou e continua a falhar e o Sr. Presidente não tem de dar o peito às balas, para isso é que existe uma Presidente da CCDR e ela é que devia estar a fazer esse papel.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Nuno Rafael Oliveira Dias, que fez a seguinte intervenção:

“Hoje venho aqui falar sobre a minha Freguesia natal, se quiserem venho aqui tomá-la como sinédoque da barafunda e um pouco como o barrote do renascimento propalado por este Executivo que, na minha opinião, valerá o que vale, e que segundo o Presidente da Junta de Freguesia, Carlos Castanheira, não passam de *fake news*, tanto que, por vezes, a pompa e algazarra com que o anunciam me fazem temer pelo pior.

O Partido Socialista de Oliveira do Hospital vive numa realidade alternativa completamente alheado do povo Oliveirense, mas não se preocupe Sr. Presidente que eu não venho falar do caso do Sr. Germano, comungo e muito daquilo que já foi dito no programa e as entidades competentes estarão cá para o julgar a si, para julgar a CCDR e os demais, e eu creio do fundo do meu coração que o Sr. Presidente age com toda a bonomia e abnegação mas, da mesma forma que o Deputado Rui Fernandes referiu, creio que a crítica deveria ter sido tomada por si e respondida com mais elevação e firmeza e não da forma mais insultuosa com que a certa parte o tomou. Acho que isso não dignificou a representatividade que este ali a fazer do seu Executivo e de todo o povo

Oliveirense que se revê amplamente naquilo que tem sido feito no que toca à recuperação de casas, etc. Até porque, e eu já o disse aqui várias vezes, o Executivo não é o responsável pela reconstrução das casas de primeira habitação.

Sr. Presidente da Câmara Municipal, pergunto-lhe o seguinte: Como é possível, passado um ano e meio após os incêndios, ainda estarem duas casa em risco de ruir em plena zona histórica de São Gião?

Como é que é possível, volvido um ano e meio, as placas indicativas nesta Freguesia não terem sido repostas? Não fosse eu daquela aldeia, não saberia que lá estava a entrar! O problema não sou eu e serão, sem dúvida, as centenas de turista que lá se deslocam todos os verões.

Como é que é possível numa zona de risco agravado após os incêndios para os transeuntes não terem sido colocados railes nos pontos mais perigosos na estrada que liga São Gião ao Rio de Mel e na estrada que liga a Catraia a São Gião?

Mas, mais grave, Sr. Presidente, como é que depois de tantas queixas daqueles populares, nomeadamente com visitas regulares a este mesmo edifício, ora com cartas a si enviadas, como é que ainda não se procedeu ao corte das árvores que se encontram na berma da estrada entre a aldeia de São Gião e o Parque de Campismo? Pois, com o aproximar do inverno e com a probabilidade da chuva e ventos fortes as árvores vão acabar por partir e cair na via, como já tem acontecido.

Ainda se aguarda a limpeza e reparação das valetas e aquedutos na estrada que liga a aldeia de São Gião ao Parque de Campismo onde existem locais com buracos com mais de meio metro de profundidade o que pode agravar ou provocar acidentes mas, sobretudo, e isto é algo que não afeta só a Freguesia de São Gião, como é que ainda não foram tomadas as devidas medidas de forma a que se proceda à reparação da Estrada Municipal 514, mais propriamente a quatrocentos e cinquenta metros da Ponte sobre o Rio Alva, no sentido São Gião/Oliveira do Hospital, que devido às intempéries a berma da estrada cedeu estando a estrada em perigo eminente de derrocada?

Por último, Sr. Presidente, e esta situação, confesso, reveste-se de uma fina ironia: Afinal, e pela primeira vez, o executivo do festim deixou de ter motivações na sua grande capacidade de as saber fazer e saber organizar.

Assim, vinha à procura do porquê da retirada do gradeamento amarelo e vermelho que estava a vedar, e bem, a derrocada por cima do Parque de Campismo. Foi retirado o gradeamento que era bem visível para levarem para a

Festo do Queijo, e colocaram outro que à noite é quase impercetível para depois colocarem uma fitas plásticas brancas e vermelhas que se foram soltando e estão a colocar em perigo a circulação nessa mesma via para motas e bicicletas. Primeiro a festa e depois a segurança!”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Eng.º Carlos Augusto Inácio da Fonseca, que fez a seguinte intervenção:

“Gostava de dar duas ou três notas sobre o que se tem falado aqui: Por mais comprimidos que tomem para a digestão não conseguem digerir o Governo que neste momento governa este País e continuam a falar sobre a geringonça!

Meus amigos, na Europa há um conjunto significativo de países que são governados por um conjunto de partidos que foram menos votados e que conseguem formar uma maioria, e qual é o problema? É a democracia a funcionar. Se não querem que a democracia funcione saiam deste país.

Fala-se também aqui que os Srs. Presidente de Junta são mal tratados, que há discriminação: Nunca ouvi um único Presidente de Junta de Freguesia a queixar-se e a dizer que se faz discriminação! Todos os Presidente de Junta de Freguesia dignificam o que tem sido a atividade deste Município.

Meu caro amigo Rui Fernandes, a área da saúde pode ter os seus problemas, e naturalmente que tem, mas provavelmente o que referiu sobre a alimentação do seu avô, nomeadamente a alimentação com iogurtes, só pode ter sido ao lanche ou então ele estará de dieta.

Há uma coisa que é clara: O PSD e o CDS querem claramente que os cuidados de saúde passem para o setor privado e já o disseram. O próprio Rui Rio afirmou: “Primeiro o privado e depois a Saúde pública”.

Agora, meus caros, não há problema nenhum porque vivemos em democracia! Festejámos ontem o 25 de Abril, e bem, e somos livres de pensar sem ofender ninguém e sem denegrir o outro mas não venham para aqui denegrir o Sistema Nacional de Saúde.

Vem-se dizer que a atual Ministra da Saúde cortou as listas de espera mas, meu caro amigo, se o Senhor não sabe, fica a saber que são cortados da lista de espera todos os doentes que não respondem à chamada para operações ou para consultas.

Relativamente ao IC6, eu gostava que me dissessem o seguinte: O Governo do PSD na renegociação do Programa 2020 cortou tudo que eram estradas para este país e o que lá colocou foram portos e caminhos de ferro e não colocou uma única estrada. Tem havido um esforço titânico do atual

Governo, e aqui da Câmara Municipal, para arranjar verbas para as vias de comunicação e isso é deitado abaixo. Gostaria que me dissessem uma única via de comunicação relevante feita neste Concelho no tempo da Governação PSD: A resposta é zero porque não existe uma única via de comunicação.

Dizer ainda ao Deputado Nuno Rafael Dias o seguinte: Nunca falem nem menosprezem os outros sem os conhecer, não tenham sentido de altivez e não se ponham num pedestal a dizer que são melhores que os outros e que estão cá em cima. Esse regime resultou há muitos anos na Alemanha e Itália. Foram regimes fascistas e outros similares. Eram os iluminados e os indivíduos de uma raça especial mas isso acabou porque devemos todos ter oportunidades e direito ao futuro.

Relativamente à Festa do Queijo quero dizer o seguinte: Neste momento há uma marca em Oliveira do Hospital, há uma marca na região, há uma marca no País, e pergunte-se onde se perguntar, é a marca Festa do Queijo de Oliveira do Hospital. Essa marca está feita e está consagrada. Temos que engrandece-la e torná-la cada vez mais forte. Senti que este ano a Festa do Queijo foi a maior. No domingo, tive a oportunidade de ver muitos vendedores de queijo que não tinham queijo para vender.

Agora, digam-me se isto não é uma coisa bem organizada! Também revela que o poder de compra está melhor, as pessoas investem mais, há mais dinamismo e há mais afirmação deste Concelho. Há naturalmente e merecidamente, porque a marca está afirmada, um grande impacto na Comunicação Social. Nesse dia tivemos a presença de Sua Excelência o Presidente da República, o Presidente de todos os Portugueses, que muitos nos honra e que nos engrandeceu.

Também não queria deixar de focar a inauguração do Museu do Azeite que é uma obra que nos engrandece e que é mais um motivo de atração turística neste Concelho.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Eng.º Rui Daniel Dias Fernandes, que fez a seguinte intervenção em defesa da honra:

“Gostava de esclarecer o seguinte: Eu não sou o arauto da sabedoria e penso que o Sr. Deputado Carlos Inácio também não será e, se ele soubesse um bocadinho mais do que se passa na Saúde, sabia porque é que eu estava a dizer isto. O que eu disse passa-se atualmente, todos os fins de semana e todos os feriados, devido a falta de pessoal nas cantinas dos hospitais, nomeadamente isto acontece no Hospital da Universidade de Coimbra. Se este Senhor

Deputado desconhece isto não tem que estar a fazer afirmações injustificadas, nem absurdas, nem caluniosas.”

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Acho lamentável que haja esse tipo de argumentos: Se o nosso Sistema Nacional de Saúde está com falhas e lacunas isso não é uma área de governação da responsabilidade desta Câmara Municipal, e todos o sabem, mas usam o argumento para o ataque e isso também não ajuda. Não estamos aqui para perder tempo com essas coisas.

Já agora, será importante, e eu vou tentar perceber se chegámos a um ponto desses de escassez de pessoas. E se houve Governo que cortou nos recursos humanos, que não permitiu a compra de material circulante e desinvestiu na manutenção de equipamentos foi o Governo PSD/CDS, infelizmente.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de São Gião, Sr. Luciano Marques Correia, que fez a seguinte intervenção:

“Antes demais quero responder ao Deputado Nuno Rafael Dias e agradecer-lhe a preocupação que ele tem com a Freguesia de São Gião. Todos os assuntos que ele trouxe aqui já estão referenciados pela pessoa que foi eleita e que foi o Presidente da Junta de Freguesia de São Gião. Ainda na última Sessão da Assembleia Municipal falámos sobre a derrocada onde o Sr. Presidente da Câmara Municipal disse que era uma obra prioritária e quanto ao abate das árvores também falámos na última Sessão da Assembleia Municipal. Os buracos também estão referenciados pelo Presidente da Junta assim como as casas que ficaram queimadas durante os incêndios.

Todos os assuntos que aqui trouxe o Deputado Nuno Rafael Dias já foram referenciados mas eu continuo a agradecer. O Deputado Nuno Rafael Dias é um homem que tem raízes na Freguesia de São Gião, tem lá os seus familiares e, portanto, deve-se preocupar mas estes assuntos já foram referenciados pelo Presidente da Junta.

Hoje quero agradecer à Câmara Municipal, presidida pelo Prof. José Carlos Alexandrino, e nomeadamente à Eng.^a Teresa Dias, pelo apoio que nos deu na elaboração da candidatura ao Fundo Recomeçar promovido pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. Foi um Fundo que apareceu e que muita gente

não se apercebeu dele e nós quando nos apercebemos já era tarde e eu recorri aqui à Câmara Municipal e a Eng.^a Teresa Dias teve a amabilidade de nos ajudar e fizemos a candidatura. A candidatura para a limpeza de 25 hectares de Pinheiro Bravo que ainda existe na nossa Freguesia foi aprovada com o valor de aproximadamente trinta e três mil euros.

Aproveito por estar aqui para também dar os parabéns à Câmara Municipal pelo grande evento que foi a Feira do Queijo. A Feira do Queijo é um evento extraordinário que divulga o Concelho e o meu País no estrangeiro.

Aproveito também por estar aqui para dar os parabéns ao Sr. Presidente da Câmara Municipal pela sua intervenção ontem no programa da TVI 24 onde defendeu o Concelho e nomeadamente a minha Freguesia que é São Gião.

Por fim, queria deixar aqui um apelo, um pedido: Logo que tenha possibilidades mande fazer as marcações na estrada entre São Gião e Rio de Mel porque em dias de nevoeiro é muito difícil transitar na referida estrada.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, Sr. Aníbal José Abrantes Correia, que fez a seguinte intervenção:

“Em primeiro lugar quero dar os parabéns pela realização da Feira do Queijo. Não haja dúvida que é dos maiores eventos da região e é uma feira bem organizada. No futuro temos que ter cuidado para não deixar acabar os pastores porque senão acaba o Queijo Serra da Estrela. Tem que haver uma ajuda aos pastores e, se calhar, aos produtores de Queijo Serra da Estrela certificado.

Também quero congratular as comemorações do 25 de Abril. Não devemos esquecer e devemos lutar todos os dias para que os nossos Fregueses e todo o público, os nossos filhos, possam ter no futuro dias melhores.

Também quero aqui dar um agradecimento à Câmara Municipal, na pessoa do Sr. Presidente, e agora sim, por ter conseguido trazer o CLDS - Contrato Local de Desenvolvimento Social para Oliveira do Hospital. Penso que foi um exemplo de boas práticas, o primeiro CLDS que se realizou aqui. É bom vai trazer dinheiro para o Concelho, vai criar postos de trabalho de técnicos que vão andar aí no terreno a trabalhar e isso é muito bom. Por outro lado, também quero agradecer o facto de o ter entregue novamente à Associação de Desenvolvimento Social e Cultural de Vale do Cobral por aquilo que se passou no primeiro CLDS, o trabalho que eles fizeram sendo exemplo de boas práticas. Penso que esse trabalho foi reconhecido pela Câmara Municipal pelo facto de lhe terem entregue novamente o CLDS. Aproveito para enaltecer o trabalho que as técnicas e a direcção têm no terreno. Atrás das técnicas também

está uma direção que trabalha afincadamente, que todas as semanas reúne com as técnicas para saber pontos de situação para definir linhas de orientação.

Neste momento a Associação de Desenvolvimento Social e Cultural de Vale do Cobral está a por em prática no terreno o RELIS, um programa bastante complexo devido à sua área de ação e, daqui por mais uns tempos, quando ele estiver quase a terminar, vocês vão ver que é um programa que a nível nacional não tem estado a correr muito bem e que, segundo se consta, o de Oliveira do Hospital está a correr muito bem e isso a mim dá-me prazer sendo a instituição da minha terra que tão bom trabalho tem feito na Freguesia e para o Concelho.

Por outro lado também queria falar sobre a intervenção do Sr. Presidente da Câmara Municipal no programa transmitido ontem na TVI. Foi bom, gostei, porque as notícias que vieram ao terreiro da outra vez e, eu tive algumas discussões a tentar defender, e as pessoas diziam: “se não foram lá é porque são cúmplices”. É bom dar-mos a cara. Quando não se tem medo é bom dar-mos a cara e gostei porque é assim: Muitas vezes, com respeito, mas temos que ser agressivos porque se não formos agressivos eles metem-nos o pé em cima e não nos deixam explicar aquilo que temos de explicar. Há coisas que me fazem confusão porque todos os Presidentes de Junta estiveram no terreno, todos nós apoiámos as pessoas nas nossas Freguesias com o que elas necessitavam, e como é que alguém vai para a televisão dizer que foi preciso eles virem de fora do Concelho para nos virem apoiar. Isso é pura mentira!

Todas as instituições que estavam no terreno estavam a trabalhar e, aliás, houve pessoas que até foram apoiadas em excesso porque iam a duas, três e quatro instituições porque há sempre aquelas choronas que por mais que a gente lhes dê, a gente sabe que é assim, nunca estão satisfeitas, mas é a verdade. Temos que dizer a verdade! É a verdade, por mais que a gente lhes dê dizem que nunca lhes deram nada e essas pessoas têm que ser confrontadas e temos que dizer que isso não é verdade e que é mentira.”

De seguida, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Alvôco das Várzeas, Sr. Agostinho de Jesus Marques, que fez a seguinte intervenção:

“Sr. Presidente da Câmara Municipal a primeira coisa que me traz aqui, quando foi o almoço que fizemos lá em cima com a ALTICE o Eng.º Gouveia disse que o Concelho seria todo coberto com fibra ótica. Gostaria de saber em que posição é que estamos porque, segundo se me constou, parece que só Alvôco das Várzeas e Avô é que não têm fibra ótica. Embora, em Avô, segundo

me disse o Sr. Presidente, já lá há qualquer coisa mas ele sabe bem em que situação. Gostaríamos também de saber qual é a situação e se o Sr. Presidente tem conhecimento de como está a decorrer?

Outra coisa que eu também queria alertar o Sr. Presidente: Constou-se-me que a ALTICE anda a fazer escrituras por usucapião dos terrenos onde têm as antenas. Como nós em Alvôco das Várzeas temos uma antena da ALTICE queríamos estar atentos porque o terreno é nosso. Segundo algumas pessoas que vieram ter comigo no Algarve já fizeram algumas escrituras por usucapião e nós queremos estar atentos porque não queremos que eles nos venham tirar aquele terreno que é nosso. Construámos ali naquele terreno uma torre para termos o sinal de televisão. Temos que estar atentos a esta situação e era isso que pedia ao Sr. Presidente.

O Deputado José Ferreira já falou aqui e queria agradecer ao Sr. Presidente da Câmara Municipal por ter estado presente na cerimónia de fim de obra da estrada do Parente. Queria agradecer à Câmara Municipal todo o empenho que teve para fazer ali aquela obra que, na realidade, era bastante necessária. Em relação ao resto que ele falou, eu nem sabia que ele vinha reivindicar aquilo que nós já falámos algumas vezes. O que reivindicamos é a parte que é da Tapada à Malhadinha que pertence a Alvôco das Várzeas e o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia das Dez ficou muito chateado. Ele não tem nada que ficar chateado porque o Zé Ferreira não disse aquilo com má intenção. Nós estamos a reivindicar para o pessoal do Parente e aquilo são dois quilómetros porque depois, dali para lá, parece-me que são seiscentos metros. Nós reivindicamos a parte que é de Alvôco porque é essa a parte que nos compete defender. Peço ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia das Dez que não fique chateado, não se arrelie com estas coisas, porque se alguém vier reivindicar alguma coisa que nos ajude nós até agradecemos.

A Estrada Nacional 230 nem vale a pena falar porque nós temos uma perspectiva de que para o mês que vem, em junho, aquilo vai ter a adjudicação e também gostaríamos de ter alguma certeza, se na realidade está a decorrer todo o programa que é a reconstrução e a requalificação daquela via.

Também queria falar da presença do Sr. Presidente da Câmara Municipal no Programa da TVI. Eu gostei de ver. Não vou dizer se o Presidente da Câmara Municipal esteve bem ou mal porque, na minha opinião, o Sr. Presidente esteve como devia estar, mas deixe-me comentar duas coisas que eu ouvi e que não gostei: Foi uma voluntária, e eu penso que as pessoas quando vêm para o terreno vêm para ajudar as pessoas, para ajudar a resolver problemas, para

ajudar naquilo que as pessoas necessitam. Agora, vir uma pessoa para ali para ver o que é que os Presidentes de Junta e o Presidente de Câmara fizeram mal para depois ir para a televisão para ter protagonismo, eu achei muito mal. Possivelmente algum Presidente de Junta teve alguma atitude menos correta, porque foi uma altura tão chata, e ela foi dizer que o Presidente de Junta não quer que seja ela a fazer a distribuição. Penso que nenhum Presidente de Junta, nesta situação, teria uma atitude pejorativa. Não gostei!

Não gostei que a Sra. Dra. Ana Leal levasse para ali uma pessoa para falar dos incêndios, da catástrofe que tivemos, para dizer mal do Governo e fazer campanha eleitoral para as próximas Eleições Europeias. Eu não gostei e isto devia ser desmascarado. A única coisa que ele fez foi dizer mal do Governo e dizer mal do Pedro Marques para evidenciar a sua candidatura às Eleições Europeias.

Dizer ao Sr. Deputado Nuno Rafael Dias que eu tenho a quarta classe, não sou historiador, mas a história que eu leio está cheia de ditadores, de autocracia, e outras coisas que o CDS até defende, e quem ouviu ontem o discurso do Deputado Nuno Rafael Dias verifica que é assim.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Sebastião Pedro Borges Damas Barbosa, que fez a seguinte intervenção:

“Antes de mais, e porque sou um jovem orgulhosamente livre e orgulhosamente socialista, quero lembrar o 25 de Abril. Tenho a certeza que nas cabeças de alguns ainda ecoarão com saudade as palavras do Estado Novo e do colonialismo, e até nas cabeças de alguns mentecaptos as palavras “Angola é Nossa”, mas Portugal já não é isso. Portugal mudou. A prova disso é a situação que o Deputado Tiago Rolo aqui veio retratar sobre a entrega de bens que o Município fez a Moçambique.

Portugal mudou e somos livres. Essa liberdade não é inata, essa liberdade foi conquistada a pulso e já veio tarde. Foi essa liberdade que nos permite criticar sem termos medo de sermos perseguidos e oprimidos mesmo quando as críticas são injustas, mal intencionadas e acéfalas

Por isso, Sr. Presidente, parablenizo-o pela grande demonstração de democracia que fez ontem. Ontem enfrentou, confrontou e desmistificou as palavras desse arauto do bem que por aí deambula, opina e preside a essa Associação, com o pretexto de fazer bem, mas com umas ações que não se coadunam com as suas palavras, e tudo isso alicerçado no azar das pessoas, no azar das nossas gentes Oliveirenses.

Quanto às palavras do Sr. Deputado João Brito: O Senhor Deputado disse as palavras mais acertadas da tarde: “*O PSD repugna e rejeita o Concelho*”. Mas não é de agora, é das últimas duas décadas - oito anos de governação mórbida e dez anos de uma oposição inócua e na tentativa de destruir e nunca de construir. E foi isso que hoje aqui ouvimos com estas afirmações caluniosas acerca dos dinheiros entregues às Freguesias mas, de facto, nunca ouvimos nenhum Presidente de Junta a queixar-se. Durante esses oito anos de governação ninguém do PSD se lembrou do IC6 ou da ESTGOH. Essas coisas que, pelos vistos, são os Socialistas que andam só a fazer festas, mas depois, são eles que as defendem. Somos Socialistas e somos Socialistas também na nossa governação.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Rui Paulo Martins Monteiro, que fez a seguinte intervenção:

“Vou começar por fazer um agradecimento público ao Deputado Nuno Rafael Dias: Nunca fui um homem de me ligar aos símbolos, joguei andebol e tinha ao peito o símbolo do clube que sempre representei mas não sou um homem apegado aos símbolos, mas hoje trago um símbolo, e trago-o por uma razão, porque ontem o ouvi, nesta sala e neste púlpito, dizer a razão pela qual não tinha na lapela um cravo vermelho.

Eu digo-lhe: Todas essas razões que invocou fazem com que eu hoje, homem algo avesso aos símbolos, esteja perante esta Assembleia com um cravo vermelho, por aquilo que o 25 de Abril foi, por aquilo que o 25 de Abril é, por aquilo que ainda falta cumprir no 25 de Abril. Sobretudo por aquilo que outros, como as pessoas do seu partido, que curiosamente eu também já defendi, porque tenho memória mas também sou inteligente, e na voz de um professor que tive, só quem não é inteligente é que não muda de opinião se tiver que o fazer. Portanto, digo-lhe, muito do que falta cumprir do 25 de Abril resulta daquilo que aqueles que estiveram no seu partido com responsabilidades governamentais não fizeram. Estou aqui orgulhosamente de cravo ao peito por isso tudo.

Queria dar os parabéns ao Sr. Presidente da Câmara Municipal pelo debate de ontem na TVI: Foi importante perceber que alguém é capaz de desmistificar e de demonstrar que há um tipo de jornalismo tendencioso, melodramático e claramente não sério. Foi bom perceber que alguém lá chega e o desmascara. Sobretudo desmascara aqueles que única e exclusivamente para benefício próprio, única e exclusivamente para fazer parte das listas de

candidatos ao parlamento, porque foi isso que aquele Senhor tentou fazer há quatro anos e não conseguiu, é isso que o move. É muito triste. E foi muito bem porque Vossa Excelência lá chegou e demonstrou claramente que aquele Senhor o que faz é cavalgar a desgraça alheia, e uma calamidade inarrável, para benefício próprio. Agradeço-lhe e orgulho-me de estar numa Assembleia e num Município a que Vossa Excelência Preside.

Depois, terei obviamente de falar para o Deputado João Brito: É curioso, sempre pensei que as pessoas ligadas às letras tivessem mais propensão para brincar e jogar com as palavras mas chego à conclusão que não. Felizmente as pessoas das engenharias também o fazem e fazem-no bem.

O que o Senhor Deputado aqui fez foi pura e simplesmente um número de circo. O que é que o Senhor fez? O Senhor pegou numas declarações do Sr. Presidente que estavam gravadas em determinado contexto e alegando que não estavam expressas na ata. Como que o Sr. Presidente da Câmara tivesse afirmado: “os Senhores Presidente de Junta não aprovam isto, então depois venham cá pedir dinheiro que eu explico-vos”.

Senhor Deputado, isto é desonestidade intelectual. Isto é uma habilidade circense para o qual o Senhor, além do mais, não tem jeito. Vou-lhe explicar uma coisa: O Senhor tentou dizer nas entrelinhas que o Sr. Presidente da Câmara condiciona os Presidentes de Junta requerendo que eles aprovem as suas propostas, nomeadamente o Orçamento, porque senão depois não lhes dá dinheiro.

Digo-lhe o seguinte: Curiosamente em três mandatos os Presidentes de Junta da sua área política são cada vez menos, o que, de facto, limita um bocadinho este meu exercício. Agora, se o Senhor chamar aqui todos aqueles que exerceram mandatos enquanto o Prof. José Carlos Alexandrino foi Presidente do Executivo deste Município, traga-os aqui, um por um, e eles que digam de que maneira é que o Prof. José Carlos Alexandrino ou qualquer um dos elementos do seu Executivo, deste ou do anterior, que obrigava os Presidentes de Junta a andar de chapéu na mão, que venham cá dizer como é que foram condicionados e o que é que tiveram que apoiar para depois as obras serem feitas na sua Freguesia. É importante, comece por estes, por aqueles que aqui estão hoje, e que lhe digam aqui perante nós, a favor da verdade e não de habilidades circenses, se isto é verdade.

Para terminar, perguntava também ao Deputado João Brito: Quantos centímetros do IC6 foram construídos estando o Governo do PSD no poder? Certamente é uma falha de memória e até, se calhar, uma falta de documentação

e de curiosidade histórica da minha parte mas a ideia que eu tenho é que nem meio centímetro foi feito.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Ervedal da Beira e Vila Franca da Beira, Sr. Eng.º Carlos Artur Simões Esteves Maia, que fez a seguinte intervenção:

“Temos que dizer claramente aos Senhores do PSD e particularmente ao CDS, e acho que não é CDS, é PP. O CDS era diferente deste PP. Este PP é uma coisa que não se sabe muito bem o que é!

Nós entendemos este discurso porque este discurso está a ser transversal, não é só o discurso deste menino que está aqui, está a ser transversal no PP. Deste PP!

Portanto, nós sabemos que não estão bem nesta democracia, não é neste 25 de Abril, não é nesta liberdade, estes Senhores estão bem é noutros tempos mas se querem estar nestes tempos têm que estar com dignidade, com seriedade e com espírito de liberdade. Liberdade não é aquilo que assistimos, aqui, ontem. Liberdade é outra coisa bem diferente e que estes Senhores ainda não entenderam, e que precisam de grandes lições, particularmente este jovem. Mas o PSD também não aprendeu muito apesar do discurso ser mais redondo. Este PSD que andou aqui durante anos e que nos vem hoje falar da Festa do 25 de Abri, que nos vem falar do 25 de Abril, e nós sabemos bem quem é que está por trás deste PSD a nível local, e bem sabemos os anos que aqui andámos. Eu andei cá, como outros andaram, e não se viu nenhuma comemoração do 25 de Abril. Terá sido por distracção? Terá sido por distracção que eles não souberam comemorar o 25 de Abril ou terá sido por qualquer outro motivo? É este PSD que nós temos neste Concelho que é assim e é este CDS-PP, que eu considero só PP, porque havia gente muito séria no primeiro CDS, e durante alguns tempos, e que agora já lá não estão e está este PP que é uma coisa amorfa e não se sabe muito bem o que é que são e o que é que querem. É isto que nós temos na nossa democracia, mas valem-se da democracia, valem-se da liberdade, da nossa liberdade, que todos nós soubemos conquistar no 25 de Abril. É disto que eles se valem!

Sr. Presidente da Câmara Municipal, sobre a Festa do Queijo não vou adiantar muito mais porque já foi dito muita coisa: A Festa do Queijo é, e continuará a ser, uma marca de Oliveira do Hospital cada vez mais forte, e ainda bem que assim é, e foi este Executivo Municipal, é preciso dizê-lo e não podemos ter a memória curta, porque a Feira do Queijo estava morta neste

Concelho com o anterior Executivo. Foi este Executivo que a reviveu e que a trouxe cá par cima, que lhe deu toda a visibilidade que ela tem hoje e Oliveira do Hospital, o povo Oliveirense, toda a região, só beneficiou com isto.

Bom, Deputado João Brito, sei que os Senhores do PSD têm um problema grave, gravíssimo! Nunca, para nunca ser, os Presidentes de Junta deste Concelho foram tão bem tratados desde que este Executivo entrou para a Câmara Municipal. Eu sei qual é o vosso problema! Eu bem sei! Vocês não conseguem ter razões que valham algum voto e é preciso dizê-lo aqui, como já foi dito: Que eu saiba, não há nenhum presidente de Junta do PSD que diga “Sr. Presidente eu tenho razões de queixa a aponta-lhe”, ou é falta de coragem? Será que é falta de coragem política? Será que não há mesmo razões nenhuma para poderem vir aqui dizer-lo abertamente? Isso é que é a democracia, meus amigos!

Sr. Deputado João Brito, eu sei qual é o seu problema! É que o Senhor sabe e sente-se impotente para tentar dar a volta a esta questão. Eu bem sei que o peso de representatividade do Partido Socialista nesta Assembleia, na Câmara Municipal, nas Juntas de Freguesia é demasiado esmagador para vocês. Esse é o vosso grande problema! Mas não é com esse discurso que o meu amigo faz que consegue dar a volta à situação. Não é por aí! Não vá por aí! Como há pouco aqui foi dito, o Senhor não tem jeito. Invente outra coisa, e de outra forma, pode ser que seja mais convincente.

Para terminar: Quero dar os parabéns ao Sr. Presidente da Câmara Municipal pela sua intervenção na TVI. Já todos nós percebemos que jornalismo é este! Isto que está aqui tem uma estratégia de sensacionalismo de uma jornalista que tem processos em tribunal e isto é um salto para a frente, todos nós percebemos! Isto faz parte de uma estratégia da jornalista e é também uma estratégia política, como ainda ontem vimos. Todos nós assistimos àquela vergonha! Ela não quer saber dos argumentos que lhe são apresentados. Ela e aquele menino que lá esteve, que por acaso pertence ao PSD e que está à frente de um movimento tal como o pai, só querem uma coisa, e há objectivos aqui muito pouco claros acerca deste movimento e, por isso, está a acontecer da maneira que está a acontecer no terreno. A Senhora vem ao terreno pela mão desse menino e com objectivos muito pouco claros.”

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Esta Sessão da Assembleia Municipal está muito inflamada, mais do que é costume, e tem sido das várias partes. A verdade é que está um bocadinho fora do registo que eu desejava ver.

Às vezes as pessoas quando estão sentidas e enervadas, e é verdade que as várias interpretações do 25 de Abril criam sensibilidades porque há experiências e interpretações diferentes e utiliza-se uma ou outra palavra menos correta.

A propósito do programa televisivo transmitido ontem quero dizer o seguinte: Vocês, que estão habituados a ver programas naquele formato nas várias cadeias televisivas, não reparam que em geral há um moderador. Depois, de um lado estão as pessoas que supostamente defendem uma posição e do outro lado estão as que defendem supostamente a posição contrária para haver um contraditório saudável, esse é o formato habitual mas ontem não tivemos isso. A moderadora que realmente é uma pessoa extraordinariamente tendenciosa. Também vos digo que a TVI24 comigo não tem *share*, porque só ontem vi aquele canal porque estava interessada no programa. De resto nunca o vejo porque são desonestos. Tenham isto presente: O nosso Presidente da Câmara Municipal é um homem que tem qualidades que ninguém lhe pode tirar. É um homem corajoso, é um homem genuíno, dá o peito às balas, é um Beirão à sério.

Ontem estive a ver o programa e acho que numa situação ou outra ele, que até tinha esclarecimentos para dar mas resumiu porque na verdade ele estava ali sozinho contra todos. Eram todos contra o José Carlos Alexandrino. Era o Senhor do PSD que não sabia nada da realidade e veio ali, como já foi dito, única e exclusivamente para fazer campanha para as Eleições Europeias e teve ali palco. Era a Senhora que estava lá no Luxemburgo que foi uma tonta e como é que ela se presta a uma coisa daquelas, uma vergonha, a moderadora a puxar-lhe ao sentimento e ela a falar no avô e no que aquilo representava, uma coisa absolutamente fictícia. Era a Senhora voluntária que vem com um discurso encomendado. Depois era a Senhora Jurista, relativamente a quem eu não tive reparos a fazer-lhe e achei o depoimento normal. Sinceramente, eu pensei: Que espetáculo deprimente! Como é que se constitui um programa nesta base.

Portanto, quero dizer o seguinte: Acho que foi importante, como já aqui foi dito por várias pessoas, que o Sr. Presidente da Câmara Municipal tenha dado a cara. Os Portugueses, que não estão a par, ficaram com uma noção. O Presidente da Câmara até pode, num momento ou outro, ter estado mais crispado mas ninguém ficou com dúvidas que ele estava a defender com

legitimidade e com verdade aquilo em que acreditava, e isso eu queria deixar bem claro.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Deixei-me dar uma nota de serenidade e de boa disposição porque ontem celebrámos o 25 de Abril com grande dignidade.

Hoje os estimados Membros da Assembleia Municipal revivem o 25 de Abril com fervor.

A propósito do programa da televisão, porque forçosamente tornaram-me vedeta, gostaria de ler uma das duzentas e vinte e quatro mensagens que recebi e que diz isto: “Meu Caro Presidente esteve magnífico. Confesso que não gostei do cravo vermelho. Abraço e parabéns. Serpa Oliva.”

Sr. Deputado, não sei se este nome lhe diz alguma coisa, mas quero dizer-lhe que esta foi uma mensagem que me encheu de orgulho. É uma mensagem de um homem do CDS pelo qual tenho uma grande admiração. Tenho uma grande admiração por ele não só nas suas funções de Deputado da nossa nação mas também nos ligam laços de amizade. É um homem com um prestígio enorme.

Também podia ler outras mensagens enviadas por pessoas de outras áreas políticas.

Digo ainda que não estava à espera que alguém, aqui, me desse lições de moral e lições sobre a maneira como me devo comportar em algum programa de televisão e o Deputado Nuno Rafael tentou fazê-lo, e até aceito a sua sugestão sobre a minha maneira de estar no programa e para não baixar o nível mas é isso mesmo que lhe acontece porque o Sr. Deputado quando estava a falar estava a ver-se ao espelho nas suas atuações aqui na Assembleia.

Digo-lhe ainda o seguinte: Já que o Sr. Deputado estuda história e conhece os filósofos eu só lhe dizia uma frase de Sócrates “*só sei que nada sei*”.

Vou agora responder às perguntas dos Srs. Deputados: A propósito das habitações, e para desmistificar algumas coisas que são importantes, e eu percebo que haja algumas pessoas que fiquem incomodadas.

Antes de entrar neste assunto quero dar uma nota ao Sr. Deputado João Brito: Todos nós, na discussão e no calor da política, dizemos algumas coisas menos certas e não tenho dúvidas nenhuma que não me revi naquilo que ele disse. Não há problemas porque eu sou uma pessoa frontal e tenho honestidade intelectual e o que disse nunca refletiria o meu pensamento por uma razão: Como todos vocês sabeis tive um primeiro mandato onde tinha uma minoria na

Assembleia Municipal e os Orçamentos foram sempre aprovados e hoje, felizmente, tenho um grande orgulho nas pessoas que constituem a minha bancada porque não preciso dos vossos Presidentes de Junta para votarem comigo. Logo, isto não poderia ser levado à letra e foi um número de circo que tentou fazer e que o Eng.º Carlos Maia aqui explicou.

Agora, também não tenho dúvidas que esta foi uma afirmação infeliz e peço desculpa aos Srs. Presidentes de Junta porque foram visados. Isto é uma questão de honestidade intelectual e eu sou uma pessoa honesta.

Passaríamos agora a assuntos que são importantes. Vamos desmistificar algumas coisas sobre a Sra. Presidente da CCDR. Vários Deputados disseram que eu não a devia defender mas eu pergunto: Se uma pessoa acredita numa coisa, se a verdade que vou mostrar aqui é essa, porque é que uma pessoa não pode defender essa pessoa, se uma pessoa reconhece o trabalho excelente que ela tem feito em relação ao Concelho de Oliveira do Hospital. Porquê? Só por comodismo.

Vou mostrar-vos um trabalho e vou mostrar o mesmo que mostrei ontem nos écrans da televisão: Este é um trabalho gigantesco nas habitações e, como sabem, não é uma coisa fácil, é uma coisa difícil. É um processo com muita complexidade. É um processo cheio de dor porque estamos a lidar com pessoas que perderam as suas casas, que perderam as suas fotografias do casamento, que perderam as fotografias dos seus netos, que perderam as suas memórias. E aquilo que nos choca é o oportunismo enorme em relação ao desempenho da CCDR e da sua equipa.

Este mapa diz que neste momento estão 95 % de cento e vinte e duas habitações que acabaram por ser consideradas primeiras habitações. Temos noventa e cinco habitações concluídas e temos vinte e sete habitações por concluir. Ainda temos vinte e sete habitações por concluir.

Mas querem ver uma coisa muito interessante, meus caros amigos: E aqui é que já se pode começar a valorizar o trabalho da Sra. Presidente da CCDR. Vou mostrar outro mapa. É um mapa que mostra claramente: A CCDR tinha cento e vinte e duas casas na sua totalidade. A CCDR foi dona de obra só de cento e oito e tem neste momento concluídas noventa e tem por concluir dezoito.

E agora este dado, que na minha opinião é muito relevante. Reparem nisto: Houve pessoas que ficaram donos da própria obra porque tinham seguro e então a CCDR deu-lhes a diferença do dinheiro do seguro em relação à casa que

tinham e das avaliações que fizeram dos seiscentos e quarenta e nove euros e cinquenta cêntimos por metro quadrado.

Sabem qual é o número de casas que os proprietários são os donos da obra? São catorze casas em que os proprietários são os donos da obra. Escolheram o empreiteiro e escolheram quem lhes fez o projeto.

Sabem quantas destas casas é que estão concluídas? Estão concluídas cinco casas.

Sabem quantas falta concluir? Falta concluir nove casas.

Em termos percentuais foram concluídas pela CCDR 83 % daquelas casas que ficaram na sua alçada.

Quantas é que foram concluídas pelos proprietários? Foram concluídas pelos proprietários 36 %.

Sabem o que é que isto quer dizer, meus caros amigos, o trabalho da CCDR acabou por ser mais rápido. Estas são as verdades dos números. Estas verdades estão plasmadas na página da CCDR.

Por isso, meus caros amigos, quando falamos sobre isto deveríamos saber estas verdades. Também vos quero dizer que, às vezes, o que estão a pôr em causa não é o Presidente da Câmara Municipal e o seu Executivo, e não é a Presidente da CCDR, sabem porquê? O que se põem em causa é os Oliveirenses e os Presidentes de Junta porque não houve nenhuma casa de primeira habitação que fosse aprovada sem que os Srs. Presidentes de Junta dessem o seu parecer.

Por isso, meus caros amigos, não é o Presidente da Câmara que está a ser julgado porque o Presidente da Câmara assinou, e disse-o ontem com coragem, porque senti tranquilidade quando liguei ao Presidente da Junta de Lagos e Lajeosa, quando liguei a vários Presidentes de Junta, e também com outras informações. Eu acredito nos meus Presidentes de Junta porque são os que estão mais próximos das pessoas.

Digo-vos ainda que rejeitámos um conjunto de primeiras habitações de pessoas que nos tentaram enganar. O Presidente da Junta de Freguesia de Nogueira do Cravo fez uma declaração, que foi confirmada com duas testemunhas, que determinada casa tinha sido primeira habitação mas eu tinha algumas dúvidas e chamei aqui uma dessas pessoas e expliquei-lhe que se aquelas declarações não fossem verdade que poderia incorrer numa pena e ter que ir responder a tribunal e ainda ter que indemnizar por causa de algumas obras que fossem feitas de forma irregular e essa pessoa disse-me, aqui no meu gabinete o seguinte: “Sr. Presidente é melhor tirarmos isso porque me pediram para eu dizer isto”. E por isso sei de alguns casos.

Como já vos disse, houve aqui uns parceiros extraordinários que são os Srs. Presidentes de Junta de Freguesia.

Digo-vos ainda que toda a gente me aconselhou a não ir àquele combate de ontem na TVI e vou explicar-vos porquê: Os Senhores sabem que a advogada que lá estava era prima direita do representante do Movimento de Midões? E, por isso, nós tínhamos ali tudo para correr mal. Vocês sabem que aquela Senhora voluntária que falou e foi preciso eu perguntar-lhe de onde é que ele era e qual era o Concelho de que ela estava a falar. Ela respondeu que estava a falar do Concelho de Tondela porque senão parecia que estava ligado ao Concelho de Oliveira do Hospital.

Deixem-me também dizer outra coisa: Eu disse que havia, e não o concretizei, eu disse que havia uma instrumentalização e ela perguntou-me porquê? E eu vou dizer-vos porquê: A propósito dos bens que a Câmara Municipal tinha veio uma equipa da TVI e tentou fazer uma reportagem, com o guia que vai a muitos programas na televisão e que já faz parte do painel, e foram entrevistar três peças que começaram a dizer bem da Câmara e dos Presidentes de Junta e eles disseram: Estes não servem e foram a outro e não conseguiram arranjar programa. O programa foi muito interessante porque ela mandou para aqui um pedido de informações sobre a casa do Sr. Germano e não me falou noutros casos e qual é o nosso espanto que ela disse e reafirmou que havia vinte e cinco casas irregulares em Oliveira do Hospital.

Deixem-me dizer uma coisa que eu não respondi e que deveria ter respondido: Aquilo era pai, filho e espírito santo e a pessoa que estava ao meu lado que é um Deputado do PSD muito meu amigo, Carlos Peixoto, é uma pessoa pela qual tenho grande consideração e estima, ele nem sabia bem para o que ia.

Há uma manipulação da própria jornalista e vou dar-vos este pormenor: Há aqui um caso muito parecido com o de Tábua mas nós não demolimos a casa. É a casa de uma pessoa de Vila Franca que estava no lar do Ervedal e nós sempre entendemos, e é a minha convicção, que é uma injustiça não considerar aquelas casas como primeira habitação.

No ataque à Câmara Municipal de Tábua nomeadamente na entrevista daquela Senhora do Luxemburgo esqueceram-se de dizer uma coisa que tive que ser eu a colocar até porque eu tinha um documento. Aquela obra tinha um parecer da Provedora de Justiça que dizia que não devia ser considerado primeira habitação e eles esconderam-no e nunca o mostraram. Esconderam o parecer da Provedora de Justiça mas eu perguntei à advogada pelo parecer da

Sra. Provedora que está anexo ao processo a dizer que não devem ser consideradas primeiras habitações.

Nós fizemos uma exposição por causa deste caso de Vila Franca e porquê? Porque desde que a Provedora desse um parecer positivo sobre estes casos a CCDR estava disponível para recolher estas pessoas até porque a CCDR esteve sempre aberta e entendeu, tal como eu e outros Presidentes de Câmara, que essas pessoas que estavam no Lar tinham direito à habitação.

Falou-se também numa casa do Parceiro, e havia casos que eu não sabia, e hoje também me documentei porque não ia documentado de alguns casos.

Também se falou na faltava de eletricidade nas casas reconstruídas e já hoje falei com um engenheiro chefe da EDP que me disse que é preciso por um cabo de cerca de vinte metros. Os proprietários não o querem pagar e a CCDR também não o quer pagar porque eles não tinham eletricidade quando a casa ardeu. Aquele cabo de vinte metros não existia logo não o devem repor. É uma despesa e se calhar teremos que ir a jogo para resolvermos este assunto porque também temos que ter bom senso.

Por isso, ontem fiz a minha defesa e estive a fazer a defesa dos meus Presidentes de Junta e sobretudo das pessoas.

Alguém acredita que em Oliveira do Hospital podemos ter construídas vinte e cinco casas ilegais que não eram primeira habitação? Alguém acredita nisto?

Queixam-se que os estrangeiros têm duas crianças e que não têm casa mas depois falaram de uma família do Sr. das Almas, um pastor e que faz queijo, a Rosa e o Vítor, têm dois filhos em idade escolar e como têm uma casa melhorzita do que aquela onde viviam, e ainda bem que esta casa é melhor, já estavam a dizer que esta casa é ilegal porque a casa não era isto e tinha-se que fazer quase um curral. Vocês acham que isso é solidariedade? É isso que perseguem?

Eu devia ter dito outra coisa que não disse, às vezes uma pessoa enerva-se e depois não sai o que uma pessoa pensa ou quer, era o seguinte: Estas pessoas vivem do seu trabalho, de um trabalho difícil, e com poucos recursos financeiros, mas vivem do seu trabalho e não vivem do trabalho do pai e à custa do pai, era isso que eu deveria ter dito ontem. Sobre este assunto termino por aqui.

Faltou-me falar sobre as empresas e já agora gostaria de vos mostrar um quadro para perceberem quantos projetos foram aprovados em Oliveira do Hospital. Criámos aqui um gabinete de apoio para todos. Vocês sabem qual foi

a dedicação do meu gabinete e do gabinete de apoio às reconstruções coordenado pelo Prof. Daniel Dinis.

Fizemos aqui várias reuniões. A reconstrução das casas foram divididas em dois grupos distintos porque estão a ser reconstruídas por duas empresas diferentes.

o Sr. Germano disse que não queria sair de casa e também a obra do Sr. Germano não está feita porque os dois filhos queriam levar o pai e queriam fazer uma casa noutra local porque na casa onde ele está não é possível fazer, aquilo é um carro e os materiais tinham que ser transportados todos, não chega lá uma ambulância, e os filhos têm outra visão até porque têm uma vida boa e queriam fazer uma casa junto à estrada porque têm lá um terreno mas o Sr. Germano não queria e disse-nos: “Sr. Presidente estive a pensar, já que os meus filhos não me querem aqui eu também não quero lá. Eles querem lá ao pé da estrada mas não quero lá. Estou a pensar podemos fazer na casa onde eu nasci”. E fomos à casa mas era uma casa muito mais pequena do que aquela que tinha.

Quero dizer o seguinte: A casa é muito mais pequena, os filhos tinham outra visão, e quero dizer que temos uma entrevista gravada porque aí é que se mostra a forma como a máquina quer vender. A Sra. Jornalista ligou ao filho do Sr. Germano que vive em Coimbra e ele disse-lhe: “a casa não está feita por minha culpa, do meu irmão e do meu pai, porque nós nunca nos entendemos. Não está feita por causa disso”.

Ontem também perguntei à Sra. Jornalista se tinha falado com o filho do Sr. Germano e ela disse que sim, mas ela não foi gravar a conversa que teve com o filho do Sr. Germano e por isso nós percebemos o que aqui está.

Eu não deixo que passem um atestado de vigarice ao meu povo porque para uns é “preso por se ter cão e é preso por não se ter”, e uns são coitadinhos, andam com os filhos à chuva, e outros não podem ter casas de dois andares porque são pobres e são pastores. Essa é a diferença e comigo à frente dos destinos do Concelho de Oliveira do Hospital não permitirei e lutarei conta isto.

Dizer ainda que assinei as declarações e sou o responsável pela reconstrução destas primeiras habitações todas mas o Senhor representante do Movimento de Midões levava lá duzentas e quarenta casas quando os números de casas de primeira habitação são públicos.

Agora vou responder às questões colocadas pelos Srs. Membros da Assembleia Municipal o melhor que sei e o melhor que posso.

Há pouco alguém disse que queria um Concelho de excelência. Acho que já somos um Concelho de excelência, e já somos um Concelho de excelência

por uma razão, porque está aqui um estudo, que o Deputado do PSD Eng.º Rafael falou aqui várias vezes, e nós temos vindo a melhorar as nossas posições e gostaria de vos ler este documento, isto está na internet e podem ver. Eu direi aqui como este estudo é feito:

“Todos os anos o Bloom Consulting Country Brand Ranking, nas edições de Negócio e Turismo. Estes estudos analisam a performance de marca de duzentos e vinte e cinco países....

Neste documento apresentamos a 6ª edição do Portugal City Brand Ranking, sobre a performance de marca dos 308 municípios portugueses, nas áreas do Turismo, Negócios e Talento. Os resultados e posições dos municípios no Ranking resultam de uma análise baseada em dados quantitativos estatísticos e digitais....

Subidas de destaque: Covilhã (+2), Pombal (+2) e Tomar (+2) são as subidas de destaque no topo da tabela nesta edição. Entre os 40 municípios que subiram nesta edição, destaque ainda para Ourém (+3), Alcobaça (+1), Abrantes (+1), Ílhavo (+1), Mealhada (+2), Oliveira do Hospital (+2), Idanha-a-Nova (+2), Estarreja (+5) e Montemor-o-Velho (+6) entre os 40 primeiros.”

Como sabem somos trezentos e oito municípios e o nosso ranking está em vigésimo oitavo. Se calhar, gostávamos de estar mais acima. Dentro da nossa Comunidade está à nossa frente a Figueira da Foz, a Mealhada e a Lousã. Isto é, somos o quarto Concelho dentro da nossa Comunidade. Penso que isto também diz se estamos ou não num Concelho de excelência.

Passo agora às respostas mais concretas. Sobre a Feira do Queijo quero dizer o seguinte: Nós mandamos fazer um relatório a uma empresa independente que é a CISION e esse relatório avalia a performance da feira. Avalia também quantas notícias é que foram publicadas e o que representam. Faltam-nos uns dados que costumamos pedir à SIBS para medir o movimento nas Caixas Multibanco para percebermos que naqueles dias batemos os recordes nos levantamentos no Concelho. Isso mostra que há negócio. O estudo da CISION é muito interessante. Eles calculam, se tivéssemos que ir vender a nossa imagem, que teríamos de gastar 24,1 milhões de euros.

A Feira do Queijo é um motivo de orgulho e o nosso Presidente da República disse que há uma qualidade superior na recuperação de Oliveira do Hospital. Passo a ler uma notícia que diz o seguinte: *“Marcelo Rebelo de Sousa manifestou-se este sábado impressionado com a capacidade de regeneração da região de Oliveira do Hospital após os incêndios.”*

Esta capacidade de regeneração deve-se a um esforço coletivo e nunca poderia ficar no esforço do Presidente da Câmara ou que houvesse aqui alguns louros para o Presidente da Câmara porque é o resultado do esforço de toda a comunidade, de todo o nosso Concelho e das nossas gentes.

O Deputado José Ferreira falou sobre a estrada do Parente e da Tapada e havemos de resolver o problema do Chão Sobral. Teremos que conversar com os Presidentes de Junta de Freguesia de Aldeia das Dez e Alvôco das Várzeas para encontrarmos soluções. O que é fundamental é fazermos com que o Chão Sobral deixe de ser uma “terra do volta a trás”. Era fundamental arranjar-mos uma solução porque também acho que é uma obra que deve ser feita.

A Sra. Deputada Alice Gouveia fez aqui algumas propostas: Relativamente aos vídeos para promoção do Concelho quero dizer-lhe que temos alguns filmes promocionais.

Sobre o que disse sobre as explorações, situadas entre o Seixo da Beira e a Sobreda, quem tem a capacidade de fiscalização é a Direção-Geral de Geologia e não é a Câmara Municipal. Há um relatório da Inspeção Geral de Geologia sobre esse território que exige um conjunto de modificações. Todas as preocupações que aqui trouxe são preocupações que também são minhas e já conheço o problema há muitos anos, o que está lá já não é de agora, mas havemos de encontrar algumas soluções.

Acho que é bom quando uma Deputada Municipal traz propostas para discutirmos e para analisarmos. Vou discutir as propostas com o meu Executivo e as propostas serão executadas se trouxerem melhorias para o território, é isso que temos feito e acho que o temos feito melhor do que ninguém.

Ao Eng.º João Brito queria dizer-lhe o seguinte: Na outra semana o Senhor esteve numa reunião da Assembleia Intermunicipal, Presidida pelo Dr. Luís Marinho, onde eu também estive como Presidente da Comunidade Intermunicipal para dar esclarecimentos aos diferentes Deputados de todos os partidos. O Eng.º João Brito, com certeza reconhece que durante a discussão há respeito independentemente das ideologias políticas. Como teve oportunidade de perceber sou capaz de presidir em termos de resposta à Comunidade Intermunicipal. Acho que o Deputado João Brito se excedeu nas palavras.

O IC6 é um problema que temos. Estive a representar a Comunidade Intermunicipal no Parlamento onde forçosamente o IC6 tinha que entrar. Ninguém lamenta mais do que eu que ele não esteja feito. Bom seria se outros tivessem lutado como eu pelo IC6, nem sempre com resultados práticos positivos e também o admito. Também, noutra tempo, não vi ninguém a lutar

por isso e naqueles tempos, se calhar, o IC6 tinha sido feito porque nós tínhamos um Secretário de Estado que era de cá. O problema da politiquice deu isso ficando prejudicada Oliveira do Hospital.

O IC6 está negociado com o Governo para entrar no Programa 2030. Neste momento está-se a realizar o projeto. Tenho duas reuniões agendadas, uma com a Ministra da Saúde e outra com o Ministro das Infraestruturas, Pedro Santos, para se falar sobre isto.

Acho que lhe fica mal, mas o Eng.º João Brito é Presidente da Comissão Política do PSD e com certeza o seu partido pede-lhe contas e, por isso, percebo as intervenções, mas não quero entrar em chicanice política para acusar que outros fizeram muito pouco pelo IC6. Eu posso não o conseguir mas tenho a certeza que deixarei as bases e o IC6 ainda será feito antes de eu morrer. Depois vai ter que pôr o meu nome a esta parte do IC6.

Relativamente à intervenção do Dr. João Ramalhete: Eu gostava de ter aquela veia política, gostava de fazer aquelas citações e conhecer aquela história toda. A sua intervenção estava muito bem feita e dou-lhe os parabéns.

Há alguns assuntos que são de dimensão nacional e que têm de ser discutidos na Assembleia Municipal mas também não podemos querer que a Assembleia Municipal se transforme numa Assembleia da República. Não podemos vir para aqui discutir os problemas da área da Saúde na sua profundidade. O que eu acho é que devemos estar unidos para reivindicar melhores cuidados de saúde e para reivindicarmos que Oliveira do Hospital tem que ter urgências das oito horas às vinte horas. Temos que nos reunir todos no mesmo desígnio porque estamos a trabalhar em conjunto para a melhoria das nossas populações e dos mais pobres e também não posso dispersar o meu esforço, nem o do meu Executivo, nestas questiúnculas políticas dos incêndios.

Temos que nos transformar, temos que fazer o melhor, porque ainda há muito para fazer. Todos juntos somos poucos para dar respostas ao que ainda falta fazer e esse tem sido o papel fundamental dos Presidentes de Junta.

Ontem também disse isto, e é a última vez que vou falar sobre o programa da TVI: Num dia em que as nossas obras estavam a decorrer já na maior parte das casas a imagem captada por um drone, que passou mais de dez vezes, não era de uma primeira habitação dos pais do Deputado Rui Fernandes. A imagem que passou era de quarenta palheiras nos Fiais da Beira. Quem fez as imagens do drone tem sido sempre o mesmo, tem sido o representante da MAAVIM. Passaram dez vezes a mesma imagem para nos passarem a todos um atestado de incompetência porque as casas não estavam feitas e estavam ali todas destruídas

e nós não fazíamos nada: Não faziam os Presidentes de Junta, não fazia o Executivo, ninguém fazia nada e não nos interessava-mos pelos nossos Municípios e isso não é verdade.

Dizer ainda que a equipa de reportagem da TVI não foi à casa que está a ser construída para o Sr. Germano. Tenho aqui fotografias que o empreiteiro me mandou ainda durante o programa da TVI mas eu não abri o telemóvel. Eu e o Presidente de Junta de Freguesia de São Gião, Sr. Luciano, somos testemunhas que as obras na casa do Sr. Germano não começaram há três dias. A obra já tem o piso de baixo e disseram que as obras só começaram agora depois de lá ir a TVI mas ninguém tem um primeiro piso feito em tão pouco tempo, e na segunda-feira leva a segunda placa, por isso vejam onde é que nós chegámos!

Relativamente ao corte das árvores passo a palavra ao Eng.º José Carlos Marques que é o responsável do Gabinete Técnico Florestal.”

Seguidamente foi dada a palavra ao responsável do Gabinete Técnico Florestal da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, Sr. Eng.º José Carlos Marques da Silva, que fez a seguinte intervenção:

“Relativamente à questão das árvores foi terminado um levantamento exaustivo por toda a rede viária existente no Concelho onde foram sinalizadas as árvores em pé. A verdade é que todos os dias estão a ocorrer trabalhos. Na segunda-feira certamente este trabalho ficará concluído para mostrar ao Sr. Presidente da Câmara Municipal. Neste trabalho estão referidas as áreas a intervir no Concelho mas já corremos o risco de não ser o correto porque neste lapso de tempo houve cortes a fazer.

Certamente que os Srs. Presidentes de Junta receberam Editais da Entidade Gestora das ZIF, nomeadamente da CAULE, que fez uma candidatura no âmbito da Estabilização de Emergência que, entre outras ações, previa também a questão do corte do arvoredo.

O Município avançou com uma Prestação de Serviços, no valor de cinco mil euros, no final do ano passado, nomeadamente na zona norte onde estavam a ocorrer sistematicamente queda de árvores para a via pública.

Agora, com este levantamento estamos a cruzar informação com a candidatura da Entidade Gestora para perceber o que é que fica de fora e será transmitido ao Sr. Presidente da Câmara Municipal o número de hectares por intervir para depois se poder efetuar esse trabalho.

Também convém salientar o seguinte: Na candidatura de Estabilização de Emergência, e no que concerne a esta ação em particular, está só contemplado o

corde do arvoredo e não se admirem que depois, nestas faixas dos dez metros onde os trabalhos vão incidir, as árvores fiquem lá depositadas à espera que as pessoas as recolham.

A proposta que irá ser depois apresentada ao Sr. Presidente da Câmara Municipal contem a indicação dos trabalhos que efetuámos no final do ano de dois mil e dezoito e também a rede viária que foi intervencionada. Depois temos que perceber se nos trabalhos a realizar vamos contemplar a retirada do arvoredo ou se nos vamos limitar ao corte. Esta será uma questão que terá de ser apresentada ao Sr. Presidente.

Em traços muito gerais, em toda a rede viária, e estamos a falar de estradas municipais asfaltadas, eram cerca de trezentos hectares de arvoredo que estavam por cortar à beira das estradas. E agora os preços por hectare para o corte e limpeza do arvoredo aumentaram substancialmente e, por isso, terá que ser decidido se vamos atuar em toda a rede viária existente. O ano passado foi um ano atípico porque o Governo deu um prazo aos proprietários até quinze de março para fazerem a limpeza das propriedades o que fez com que os preços por hectare aumentassem e hoje em dia há Municípios que têm dificuldades para suportarem estes preços.

Já efetuámos alguns destes trabalhos, nomeadamente na estrada desde a Ponte de São Gião a São Gião, na estrada de Aldeia das Dez, na estrada desde o Lidl até à Ponte de São Gião, na Estrada de Penalva até à Ponte das Três Entradas. As árvores em cerca de 70 % do Concelho já estão marcadas com uma cinta vermelha e esta tarefa só de cintar as árvores fez com que muitas das pessoas avançassem e cortassem as árvores.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Vou marcar brevemente uma reunião com os Srs. Presidentes de Junta para definirmos alguns critérios para a limpeza dos caminhos. Precisamos de fazer um calendário e cada Presidente de Junta deve saber o número de dias que necessita para as máquinas andarem nos terrenos Assim durante o ano todos sabem o que é que vamos fazer. Pedi ao Prof. Daniel Dinis para me fazer esse trabalho e marcarei brevemente uma reunião para discutirmos este assunto e esta calendarização.

Também quero dizer que estamos a comprar máquinas para darmos melhores respostas. Comprámos dois tratores recentemente.

Dizer ainda que a despesa de sinalização das estradas entra na candidatura dos prejuízos municipais causados pelos incêndios. A candidatura ainda não foi validada é uma candidatura de um milhão, trezentos e cinquenta mil euros. Na minha opinião também temos que melhorar o piso da estrada.

Estamos a lançar aquela obra na Estrada Municipal 514, entre o Lidl e a Ponte de São Gião, onde há aquela derrocada. Neste momento temos o projeto feito e estamos à espera que melhorem as condições climatéricas para iniciar aquela obra que tem alguma complexidade.

Houve sinalização queimada que não foi referenciada pelos serviços e, já o disse na última Assembleia, os Srs. Presidentes de Junta que têm placas de sinalização queimada devem falar com o Eng.º Fernando Vicente porque é ele que está a coordenar este assunto, porque vamos lançar um conjunto de obras para estes prejuízos municipais. Nesta primeira fase a candidatura dos prejuízos municipais é de um milhão, trezentos e cinquenta mil euros. A verba desta candidatura também será para comprarmos algumas máquinas para darmos melhores respostas.

Gostava de falar sobre estas duas notas que são positivas: Dar os parabéns à Sra. Eng.^a Teresa Dias e à sua equipa pela elaboração das duas candidaturas ao Fundo Recomeçar que foram aprovadas.

Dizer ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de São Gião que concordo consigo. As valetas entre a ponte de São Gião e São Gião estão metidas na candidatura dos prejuízos municipais.

Relativamente ao CLDS - Contrato Local de Desenvolvimento Social quero dizer o seguinte: O CLDS tem uma verba de quinhentos e quarenta mil euros. Entregámo-lo à Associação de Desenvolvimento do Vale do Cobral devido à sua experiência e ao bom trabalho que tinham executado. Nós reivindicámos sempre junto do Ministério da Solidariedade que tinha havido aqui uma boa experiência e que tinha dado bons resultados. Felizmente com a nossa persistência, com a nossa determinação, conseguimos. Para alguns nós não fazemos nada mas as coisas vêm para cá, e foram mais quinhentos e quarenta mil euros que vieram para este projeto.

O CLDS é um projeto de carácter social e também quero dirigir umas palavras de confiança aos Diretores da Associação de Desenvolvimento do Vale do Cobral e ao Sr. Presidente de Junta de Freguesia de Meruge que têm sido parceiros inexecutáveis e não vos escolhemos pela cor política mas escolhemos-vos porque já tinham feito um trabalho excelente. Quando reivindicámos este CLDS de quarta geração foi sempre a pensar que vocês seriam os executores

porque já tinham uma experiência boa e se não têm feito um bom trabalho teríamos ido à procura de outra IPSS para o fazer. Também tenho que vos render esta homenagem pelo bom trabalho que desempenham.

Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Alvôco das Várzeas, sobre a fibra óptica eu não sei nada neste momento. Tenho possibilidades de falar com o Presidente da ALTICE, Dr. Alexandre Fonseca, porque tenho uma boa relação com ele e vou saber o que é que podemos fazer.

Sobre as Escrituras de Usucapião há aqui uma coisa que estranho: Penso que nas Escrituras de Usucapião há papéis que são colocados nas Juntas de Freguesia.

Para terminar quero dizer ao Sr. Presidente da Comissão Política Concelhia do PSD e Deputado Municipal João Brito o seguinte: Ontem fiquei muito preocupado com um coisa que aconteceu porque um Ex-presidente da Comissão Política Concelhia do PSD revelou na televisão que votou num candidato do CDS.”

De seguida entrou-se no Ponto I da Ordem do Dia - Informação acerca da atividade e da situação financeira do Município, e foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“A situação financeira do Município encontra-se dentro da normalidade.”

De seguida entrou-se no Ponto II - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea j) do n.º 1 do art.º 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de atribuição de subsídio às Freguesias de Aldeia das Dez, Alvôco das Várzeas, Avô, Lourosa, São Gião, Meruge, Nogueira do Cravo e de Travanca de Lagos, como compensação pelos custos suportados com os trabalhos complementares de recolha e transporte de RSU indiferenciados, no ano de 2017, no valor total de 19.468,80 € (dezanove mil, quatrocentos e sessenta e oito euros e oitenta cêntimos).

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Este é um subsídio que estava em dívida às Juntas de Freguesia e é referente aos custos suportados com os trabalhos complementares de recolha e transporte de RSU indiferenciados do ano de 2017.

Numa próxima Assembleia Municipal virá o subsídio referente ao ano de 2018, para não sobrecarregar muito a organização financeira da Câmara Municipal, porque vocês já gastaram o dinheiro.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Avô, Sr. Enf.º José Carlos Martins Ferreira, que fez a seguinte intervenção:

“A minha vinda aqui é apenas e só para agradecer o facto de ser um dos Presidentes de Junta que tinha reclamado este subsídio. Não venho aqui reclamar louros porque estou aqui apenas e só para servir o povo.

Relembrar também que o nosso funcionário da Junta de Freguesia passa muitas horas a fazer a recolha do lixo nos locais onde a empresa Planalto Beirão não consegue chegar. Há um dispêndio de horas enorme do funcionário com esta tarefa como também há despesas com o trator nomeadamente despesas com os pneus e principalmente com o combustível. Este dinheiro é bem vindo porque é necessário.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de São Gião, Sr. Luciano Marques Correia, que fez a seguinte intervenção:

“Este é realmente um subsídio compensatório pelo trabalho que fizemos ao longo do ano de 2017. Para quem não sabe, ou não conhece, à segunda-feira fazemos a recolha dos caixotes do lixo para a paragem dos autocarros porque é o local onde passa o carro de recolha do lixo e à terça-feira os caixotes do lixo são repostos nas ruas. Na quinta-feira fazemos precisamente a mesma coisa.

Uma vez por semana vamos às aldeias do Parceiro, Covão, Barroca e Alentejo fazer também a recolha dos caixotes do lixo para junto da Capela porque é o local onde passa o carro de recolha do lixo.

Acho que é um subsídio mais do que justo porque quem trabalha merece a recompensa.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Santa Ovaia e Vila Pouca da Beira, Sr. Eng.º Bruno Ricardo Dias Amado, que fez a seguinte intervenção:

“Relativamente a este ponto vinha questionar o porquê da minha Freguesia não estar inserida. Esta recolha de resíduos indiferenciados também é feita por nós.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Lourosa, Sr. Eng.º José Carlos Marques da Silva, que fez a seguinte intervenção:

“Antes de mais quero congratular esta medida do Município. É a primeira vez que a Junta de Freguesia de Lourosa recebe este subsídio que é uma pequena ajuda. Estou solidário com os colegas que me antecederam porque este é também um serviço que prestamos um dia por semana e fazemos essa recolha dos caixotes do lixo.

Certamente que há um lapso porque a Freguesia de Lourosa consta no mapa que acompanha esta documentação mas depois no Ponto II da Ordem do Dia não consta a Freguesia de Lourosa. Era só este reparo que eu queria fazer.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, Sr. Aníbal José Abrantes Correia, que fez a seguinte intervenção:

“Este subsídio é bem vindo e tal como diz o Presidente da Junta de Freguesia de Lourosa “migalhas também é pão”.

Dizer ainda que agora com a nova variante se calhar o carro do lixo já pode fazer a recolha e, por isso, solicito que se retifique o percurso.

Preferia que o carro do lixo fizesse a recolha, porque evitava uma série de problemas e chatices, do que estar a receber este subsídio.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia das Dez, Sr. Carlos Manuel Mendes Castanheira, que fez a seguinte intervenção:

“Sr. Presidente da Câmara Municipal, esta verba é bem vinda e útil mas não cobre minimamente o desgaste que temos. É bom que as pessoas percebam que não está em causa só o subsídio que recebemos e que também está em causa o desgaste de material. O material circulante que tenho para executar a recolha do lixo está obsoleto e tem um consumo de combustível exageradíssimo. Esta verba é uma boa ajuda para o desgaste que temos.”

Seguidamente, foi dada a palavra à Presidente da Junta de Freguesia de Travanca de Lagos, Sra. Ana Teresa Ferreira dos Santos Falcão de Brito, que fez a seguinte intervenção:

“Faço minhas as palavras dos meus colegas, muito obrigada por este subsídio.

A Junta de Freguesia de Travanca de Lagos faz esta recolha duas vezes por semana e é despendido bastante tempo e combustível.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Este subsídio tem como objetivo igualar estas Freguesias com as outras que não fazem estas despesas.

Fiquei preocupado com o que disse o Sr. Presidente da Junta da União das Freguesias de Santa Ovaia e Vila Pouca da Beira, porque desde que passámos para o Planalto Beirão nós fizemos um contrato de recolha de lixo e, como se recordam, antigamente era a Câmara Municipal que fazia a recolha. Aqui não “há filhos nem enteados” e se na União das Freguesias de Santa Ovaia e Vila Pouca da Beira há essa recolha de lixo, o Sr. Presidente da Junta deverá falar com o Dr. Francisco Rodrigues para que este assunto seja incluído na Ordem do Dia da próxima reunião de Câmara Municipal para fazermos o acerto dessas contas.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Santa Ovaia e Vila Pouca da Beira, Sr. Eng.º Bruno Ricardo Dias Amado, que fez a seguinte intervenção:

“Agradeço a explicação. Realmente nós fazemos a recolha dos resíduos indiferenciados na Ínsua em Vila Pouca e na zona mais baixa de Santa Ovaia e se não surgisse esta descrição no Ponto II eu dava por garantido que o subsídio já tinha sido atribuído.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Na nossa opinião esta verba não deverá ser englobada no subsídio atribuído às Juntas de Freguesia no âmbito da descentralização de competências porque não criava justiça, nem criava equidade, até porque há Juntas que não têm este problema com a recolha do lixo.

Na minha opinião, se este subsídio não foi atribuído ele deverá ir à reunião de Câmara para depois ser apreciado na próxima Sessão da Assembleia, até porque ainda há o ano de 2018 para acertar contas com as Juntas de Freguesia.”

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto II - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea j) do n.º 1 do art.º 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de atribuição de subsídio às Freguesias de Aldeia das Dez, Alvôco das Várzeas, Avô, Lourosa, São Gião, Meruge, Nogueira do Cravo e de Travanca de Lagos, como compensação pelos custos suportados com os trabalhos complementares de recolha e transporte de RSU indiferenciados, no ano de 2017, no valor total de 19.468,80 € (dezanove mil, quatrocentos e sessenta e oito euros e oitenta cêntimos), que foi aprovado por unanimidade.

Depois foram apresentados e discutidos em conjunto os seguintes Pontos da Ordem do Dia:

Ponto III - Apreciação e votação, nos termos da alínea a), do n.º 1, do artigo 25º do anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de primeira revisão ao Plano Plurianual de Investimentos do ano de 2019, cujo valor ascende a 895.122,17 € (oitocentos e noventa e cinco mil, cento e vinte e dois euros e dezassete cêntimos).

Ponto IV - Apreciação e votação, nos termos da alínea a), do n.º 1, do artigo 25º do anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de segunda revisão às Atividades Mais Relevantes, para o quadriénio 2018/2021, cujo valor ascende a 295.000,00 € (duzentos e noventa e cinco mil euros).

Ponto V - Apreciação e votação, nos termos da alínea a), do n.º 1, do artigo 25º do anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de segunda revisão ao Orçamento para o Ano de 2019, cujo valor ascende a 2.490.122,17 € (dois milhões, quatrocentos e noventa mil, cento e vinte e dois euros e dezassete cêntimos).

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Estes três Pontos estão relacionado com a distribuição do Saldo de Gerência que foi de dois milhões, quatrocentos e noventa mil, cento e vinte e dois euros e dezassete cêntimos. Desta verba há oitocentos e noventa e cinco mil, cento e vinte e dois euros e dezassete cêntimos que foram para o Plano Plurianual de Investimentos do ano de 2019 e duzentos e noventa e cinco mil euros que revertem a favor das Atividades Mais Relevantes, para o quadriénio 2018/2021.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Rui Paulo Martins Monteiro, que fez a seguinte intervenção:

“Só para dizer que é muito curioso, e a minha intervenção aqui é obviamente política, mas é extremamente curioso que quando a Câmara Municipal apresenta um saldo de gerência de dois milhões, quatrocentos e noventa mil, cento e vinte e dois euros e dezassete cêntimos, um resultado positivo da sua governação autárquica, não se levantem vozes contra isto. É estranho!

Levantam-se vozes contra tudo, levantam-se vozes contra as coisas mais incríveis, e hoje ninguém veio falar contra o facto deste Executivo ter num exercício autárquico um resultado de dois milhões, quatrocentos e noventa mil, cento e vinte e dois euros e dezassete cêntimos positivos. Fico feliz porque não dizem mal mas acho que é importante e relevante que quando venham discutir alterações ao Orçamento e alterações ao Plano de Atividades seja pelo facto de haver dois milhões, quatrocentos e noventa mil, cento e vinte e dois euros e dezassete cêntimos que não estavam orçamentados, e que para serem utilizados têm obviamente que ser o ser.

É muito bom que existam estas alterações ao Orçamento e Plano de Atividades porque a Câmara Municipal teve um exercício positivo.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Eng.º Rui Daniel Dias Fernandes, que fez a seguinte intervenção:

“Caro Deputado Rui Monteiro, não estava à espera que a oposição desse os parabéns e batesse palmas ao Executivo. Acho que é aceitável que não devemos atacar, quando trabalham e apresentam resultados, nem podemos fazer declarações de amor.

Relativamente ao Pontos III, IV e V aquilo que queria aqui referir é o seguinte: Realmente a questão dos graus de execução compreende-se porque realmente os graus de execução não chegam muito próximo dos 100%. Compreende-se tendo em conta as candidaturas que têm de ser feitas e muitas vezes não são atingidos os valores. É o que é! Às vezes os Orçamentos são grandes e depois não se consegue atingir mas compreende-se que é por esse fator, às vezes candidata-se a trezentos e vêm cem, mas o que vier é sempre bem-vindo desde que seja para executar obra e para o bem do Concelho.

Relativamente às contas só tenho aqui uma dúvida: Efetivamente temos aqui um resultado líquido de dois milhões, quatrocentos e noventa mil, cento e vinte e dois euros e dezassete cêntimos. Esta não é a minha área, mas aquilo que

aparecia de receita cobrada era cerca de dezoito milhões, oitocentos e cinquenta mil euros e a despesa executada era de cerca de dezasseis milhões, trezentos e oitenta mil euros. O que na realidade dava cerca de dois milhões, quatrocentos e setenta mil euros.

A questão é a seguinte: Através da leitura dos números dava-me uma ligeira diferença comparativamente com o que aparece aqui como resultado líquido e não sei se é uma interpretação que poderá estar errada, mas é o que aparece nos saldos.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Como sabem não sou eu que faço estas contas. Quem faz estas contas são os Serviços de Contabilidade da Câmara Municipal. Eu não tenho conhecimentos técnicos nesta área e dou como bons estes números.

Peço ao Dr. Francisco Rodrigues que vos dê um esclarecimento.”

Depois foi dada a palavra ao Dr. Francisco José dos Santos Rodrigues que deu o seguinte esclarecimento:

“Este saldo resulta exatamente da diferença entre as receitas e as despesas realizadas no ano de dois mil e dezoito e que estão refletidas num documento que está à vossa disposição, e que certamente consultaram, e que é a Demonstração do Fluxo de Caixa do Exercício de 2018.

O Saldo de Gerência que está transposto na Demonstração de Fluxos de Caixa também inclui a diferença entre receitas e despesas de Operações de Tesouraria e essas não são receitas e despesas orçamentais, e não estão disponíveis para o Executivo poder usar de acordo com a dinâmica das decisões. São Operações de Tesouraria que estão comprometidas. São receitas consignadas a determinadas finalidades. Por exemplo os descontos para a Segurança Social e para a Caixa Geral de Aposentações que os funcionários fazem também estão na demonstração dos Fluxos de Caixa mas não estão à disposição do Executivo para os poder usar nas suas decisões de despesa, como é lógico.”

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto III - Apreciação e votação, nos termos da alínea a), do nº 1, do artigo 25º do anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de primeira revisão ao Plano Plurianual de Investimentos do ano de 2019, cujo valor ascende a 895.122,17 €

(oitocentos e noventa e cinco mil, cento e vinte e dois euros e dezassete cêntimos), que foi aprovado por unanimidade.

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto IV - Apreciação e votação, nos termos da alínea a), do nº 1, do artigo 25º do anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de segunda revisão às Atividades Mais Relevantes, para o quadriénio 2018/2021, cujo valor ascende a 295.000,00 € (duzentos e noventa e cinco mil euros) que foi aprovado por unanimidade.

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto V - Apreciação e votação, nos termos da alínea a), do nº 1, do artigo 25º do anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de segunda revisão ao Orçamento para o Ano de 2019, cujo valor ascende a 2.490.122,17 € (dois milhões, quatrocentos e noventa mil, cento e vinte e dois euros e dezassete cêntimos), que foi aprovado por unanimidade.

Depois foram apresentados e discutidos em conjunto os seguintes Pontos da Ordem do Dia:

Ponto VI - Apreciação e votação, nos termos da alínea l), do nº 2, do artigo 25º do anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, do inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação, bem como, apreciação e votação dos documentos de prestação de contas do ano 2018.

Ponto VII - Apreciação e votação, nos termos da alínea l), do nº 2, do artigo 25º do anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de aplicação do resultado líquido do ano de 2018.

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“A propósito do que disse o Deputado Eng.º Rui Fernandes quero dizer que é verdade que muitas vezes não se concretizam em termos do Plano e Orçamento percentagens muito elevadas em relação ao desempenho. Isso tem a ver com dois fatores: O primeiro é um fator que é fundamental e uma pessoa vai aprendendo todos os anos. Houve um ano defendi um Orçamento de rigor um Orçamento que atingisse, mais ou menos, entre os 90% e os 95 %. E tive muitas dificuldades para chegar ao final do ano com verbas. Em setembro foi

preciso quase parar a máquina porque não tinha flexibilidade orçamental porque isto tem várias contabilidades absolutamente diferenciadores umas das outras e com alguma complexidade.

Há aqui muitas obras bastaria olharmos para as obras do Centro Histórico, bastaria olharmos para as obras que vamos lançar como o alargamento da Zona Industrial, bastaria vermos obras que ainda não foram concretizadas mas que têm que estar no Plano.

Depois as obras na Escola Secundária poderiam ter avançado há muito mais tempo mas por razões óbvias que não vale a pena estarmos hoje aqui a discutir, ainda não iniciaram. A Casa Amarela na Bobadela poderia ter avançado e também por razões óbvias não avançaram e uma pessoa tem que ter essas coisas orçamentadas.

E é verdade que depois isto interfere com a Taxa de Execução.

De qualquer maneira eu passava ali rapidamente alguns quadros sobre estas contas para vocês perceberem melhor. Não podemos olhar para a natureza da autarquia como uma empresa mas devemos ter a lógica empresarial e um dos motivos que me orgulha bastante é que até agora não tive nenhum mandato em que a despesa passa-se a receita.

O que é que isto quer dizer: Quer dizer que a Câmara Municipal ficou sempre equilibrada em termos de sustentabilidade financeira. Gerir uma empresa não é a mesma coisa que gerir as autarquias locais.

Depois também ressalto a elevada dependência das atividades financeiras do município relativamente às transferências do Orçamento de Estado. Ressalto o impacto dos incêndios que atingiram todo o território e que também têm aqui impacto e, por isso, isto é uma pequena introdução para se perceber melhor o enquadramento destas contas.

Passaríamos para o quadro seguinte: O meu Executivo sabe melhor do que ninguém que eu tenho uma preocupação excessiva no equilíbrio das contas. É uma forma de pensar. Há quem não pense assim mas eu penso que tem de haver equilíbrio financeiro. Se nós não temos dinheiro, temos que perceber o que é que estamos a fazer. Vejo muitos maus exemplos nesta área em algumas Câmaras mas eu não sirvo para isso. Se temos dinheiro vamos fazendo as coisas e se não temos fazemos empréstimos que não há mal nenhum, como poderão ver pelo nosso endividamento. As obras que fazemos são obras que trazem valor acrescentado e que nos ajudem a transformar o Concelho. Não fazemos empréstimos para fazer festas mas se for para coisas que sejam úteis para as nossas populações poderemos falar sobre isso.

Estas contas revelam um elevado ênfase nas políticas de apoio às camadas mais desfavorecidas, e depois cá vem como consequência os incêndios.

Estas contas mostram um reforço de relevância que deve ser dada às matérias de instrumentos de gestão territorial e com os mecanismos. Estamos a gastar neste momento em programas informáticos e computadores modernos cerca de duzentos mil euros. Estamos a tirar os papéis, neste momento a Câmara Municipal já funciona sem impressão.

Depois também temos o reforço no alinhamento com a política de investimentos do Município e a sua articulação com o envelope financeiro através do Portugal 2020, através do PEDU, através do Pacto de Desenvolvimento de Coesão Territorial e do programa POCEUR. São exemplo disto alguns projetos na área do Saneamento Básico, alguns que estão a acabar e outros que já começaram a funcionar, o abastecimento de água ao Parceiro, Covão e Alentejo. E deixem-me dizer isto: O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de São Gião não me leva a mal, estou convencido que era muito difícil que outro Executivo tivesse a coragem para lançar esta obra que teve financiamento e custou cerca de trezentos mil euros para abastecer cerca de vinte e cinco pessoas. Foi preciso alguma coragem. Mas nós fizemo-lo e fizemo-lo em boa hora e a obra está feita.

Também como percebem todas estas ETAR's estão cofinanciadas pelo POCEUR. Neste momento, a maior parte delas já estão em atividade, e por isso há aqui um impacto no ambiente também muito elevado.

Depois no Quadro Comunitário Portugal 2020 temos as obras do PEDU, Av. Dr. Carlos Campos, Casa da Cultura com o Ex-Colégio Brás Garcia de Mascarenhas, Rua Virgílio Ferreira e a Rua Alexandre Herculano e também a área norte da Cidade de Oliveira do Hospital que está neste momento adjudicada e que ainda não começaram as obras.

Temos também a Igreja de São Pedro de Lourosa, as obras nem sempre têm corrido muito bem. Ultimamente temos tido uma malapata com estas obras.

As Ruínas Romanas da Bobadela também é uma obra que não tem corrido tão bem como nós desejava-mos, há algumas diferenças entre o Eng.º da Empresa e os Técnicos da Câmara Municipal.

Referir também a remodelação da Unidade de Saúde do Ervedal da Beira, A Escola Secundária de Oliveira do Hospital, e não vou falar nesta obra

porque decorre um processo com a empresa. É uma coisa que se torna dolorosa porque é uma empresa de Oliveira do Hospital.

Depois temos uma candidatura para o Campus Educativo de Oliveira do Hospital que será um investimento muito perto dos quatro milhões de euros. Aguardamos a aprovação da candidatura e será uma obra que marcará Oliveira do Hospital definitivamente.

Depois passaríamos aos números. Queria dar uma nota que acho que era importante: Este ano foi o ano que teve as maiores contas de sempre. As maiores contas foram dezoito milhões, oitocentos e cinquenta mil euros, isto representou um aumento em relação às contas do ano passado de um milhão, trezentos e cinquenta e seis mil euros e ultrapassa em dois milhões, seiscentos e setenta e cinco mil euros o melhor valor dos últimos anos que foi 2011, com um total de receitas de dezassete milhões, duzentos e trinta e nove mil euros.

Também é preciso reconhecer que isto tem a ver com a capacidade de captação de obras cofinanciadas pelos diferentes programas. Se houver um ano que o Quadro esteja parado como já aconteceu as contas baixam logo significativamente.

A capacidade de captação de obras cofinanciadas também é uma vitória, e não vale a pena escondermos, é uma vitória da capacidade do meu Executivo de reivindicarmos e também por eu ser Vice-Presidente da Comunidade Intermunicipal que me deu alguma margem de negociação às vezes diferente da que tinha por ser só Presidente da Câmara Municipal.

O peso relativo a cada um dos grupos que constituem a receita diz bem da importância das transferências de capital para o Orçamento Municipal, sendo que estas representam 14,53 % das receitas totais e 73 % das receitas de capital.

Nas receitas correntes o acréscimo foi apenas de trezentos e cinquenta mil euros, face a 2016, cujo efeito foi totalmente anulado pela diminuição de quase trezentos mil euros no Saldo de Gerência anterior, uma vez que, em 2018 foi de um milhão, setecentos e dezanove mil euros.

No conjunto das receitas correntes destaca-se também em termos de peso relativo às rubricas de transferências correntes equivalente a 37 % num total de receitas de 46 % das receitas correntes.

Por outro lado, dentro das receitas correntes é elevada a importância que as transferências do Orçamento de Estado têm para o Fundo para todo o Orçamento Municipal uma vez que estas transferências designadas por Fundo de Equilíbrio Financeiro Social Municipal e Participação Fixa no IRS

representam ainda quase 40 %, quando em anos anteriores a expressão dessa dependência foi superior a 45 %. Essa dependência é tanto maior quanto menor for a capacidade de angariação de receitas com outras proveniências umas vez que as recitas do FEF não têm tido grandes variações e quando estas foram maiores no sentido negativo. Daí que apesar do peso do FEF no total das receitas o seu reflexo no total das despesas não é tão imediato como à primeira vista poderia parecer. Ou seja, a capacidade de realização de despesas está também muito dependente da obtenção de outras receitas para além das transferências do estado, designadamente outras transferências do capital onde, como todos sabem, são os Fundos Comunitários que influenciam esse desempenho. Tanto mais que é quase residual o aumento ocorrido nas receitas provenientes do FEF já que representa apenas um acréscimo de 1,5 % equivalente a um valor absoluto de cento e nove mil euros.

É bastante claro que as maiores variações ocorridas ao nível da despesa não resultam tanto de variações positivas ou negativas do FEF mas da capacidade de afetar outros recursos financeiros com particular destaque para os Fundos Comunitários.

No período entre 1990 e 2018 o registo anual das receitas relativas a Transferências de Capital evidencia bem a capacidade de obtenção de Fundos Comunitários a qual foi variando em função dos diferentes Quadros até hoje existentes.

A despesa registou também uma variação positiva, embora inferior ao ocorrido nas receitas, tendo apresentado um acréscimo de quinhentos e cinquenta e três mil euros. O particular aumento de despesas correntes de duzentos e dezasseis mil euros e como despesa de capital com mais trezentos e trinta e sete mil euros. Apesar do aumento verificado o valor atingido no final de 2018, de dezasseis milhões, trezentos e oitenta e quatro mil euros, é ainda inferior ao melhor ano em termos de total despesa que foi o de 2011.

Verifica-se que o aumento mais significativo ocorreu em aquisição de bens de capital, um investimento no montante de quinhentos e trinta e cinco mil euros, o qual foi contrabalançado pelas diminuições significativas ocorridas em transferências correntes e em transferências de capital. Ou seja, após um período em que o Município realizou um esforço financeiro muito elevado no apoio ao investimento das Associações, Clubes e Coletividades do Concelho, as maiores necessidades encontram-se hoje satisfeitas em grande número embora persistam alguns casos que vão sendo apoiados dentro das disponibilidades financeiras da autarquia neste domínio.

Na aquisição de bens e serviços, onde se registou um aumento de cento e cinquenta e três mil euros, estão incluídos os encargos decorrentes da prestação dos serviços essenciais relacionados com o abastecimento de água e com o saneamento e parte dos encargos com a recolha, transporte e tratamento de resíduos sólidos urbanos.

No que se refere à situação de saneamento a faturação apresentada pela empresa das Águas do Vale do Tejo no ano 2000 atingiu o montante de um milhão, duzentos e trinta e seis mil euros. Valor que, apesar de haver diminuição nesta fatura de 4 %, é bem representativo de uma enorme depressão que os mesmos encargos colocam na estrutura dos custos do Município.

Registou-se uma redução nas receitas relativamente ao abastecimento da água ao passo que as receitas com o saneamento das águas residuais tiveram um crescimento em resultado do aumento da proporção do volume da água consumida em cada instalação que passou a considera-se para efeitos da tarifa variável.

A comparação entre receitas e despesas apresenta uma diferença positiva favorável às receitas de mais de trezentos mil euros, o que não significa que tenha sido alcançado uma situação de *superavit*. Desde logo porque as receitas consideradas correspondem à totalidade do território. Isto é, englobam todos os consumidores.

As despesas com pessoal, como vocês sabem, tiveram um aumento face ao ano de 2017. Em 2018 gastámos três milhões, cento e sessenta mil euros e em 2017 tínhamos gasto dois milhões, novecentos e cinquenta e três mil euros, e em 2012 tínhamos gasto três milhões, duzentos e sessenta e três mil euros. Isto é, em 2012 gastámos mais em despesas de pessoal do que gastámos este ano.

As transferências do Estado são divididas de duas maneiras: Há transferências de capital e há transferências correntes. As transferências de capital são significativamente baixas e por isso pegamos nas transferências correntes e transformamo-las em capital, isto é transformamo-las em valor acrescentado.

Confirma-se por isso uma estabilização da situação do Município relativamente à evolução de cada um dos tipos de endividamento, com particular destaque para a dimensão em valores absolutos da dívida de curto prazo e para a contenção em valores bastante sustentáveis da dívida a médio e longo prazo, apesar do empréstimo de dois milhões de euros.

A situação financeira da autarquia regista uma posição mais tranquilizadora do que se viveu nos recentes anos anteriores que foram marcados por alguma insegurança e instabilidade económica com origens exteriores ao próprio Município, numa tendência de redução de receitas e por conseguinte das despesas, mas que se inverteu de forma expressiva e se reforçou em 2018 a ponto de gerar fortes expectativas de que possa manter-se para além do impacto mais forte em termos de esforço financeiro que neste momento se atravessa ao nível da cobertura da contrapartida interna dos investimentos em curso.

Em termos de análise às Grandes Opções do Plano, a execução apresenta um aumento de despesas realizadas de quatrocentos e dezassete mil euros, face ao ano anterior.

Passávamos agora aos investimentos municipais de maior volume financeiro e com maior efeito estratégico e estruturante para Concelho: A beneficiação do antigo Quartel do Bombeiros de Lagares da Beira, que está relativamente pronto; As Ruínas Romanas da Bobadela e a musealização; A requalificação da Casa Amarela; A Igreja de São Pedro de Lourosa; A remodelação da Unidade de Saúde de Ervedal da Beira; A requalificação do Colégio Brás Garcia de Mascarenhas; Realização das empreitadas relativas à construção das ETAR'; A requalificação e beneficiação da Rua Virgílio Ferreira; A requalificação da Central de Camionagem.

Depois temos também um mapa referente aos projetos aprovados e os que ainda estão para aprovar.

Meus caros amigos, as contas são o que são. Este é o reflexo da nossa atividade autárquica, é o reflexo do trabalho conjunto que temos feito, eu o meu Executivo e todos aqueles que trabalham na Câmara Municipal, e, por isso, estarei disponível para responder às perguntas que queiram fazer.”

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Para o Executivo ter aquele montante de candidaturas significa que já há muito trabalho feito, nomeadamente têm que ter desenvolvido os projetos, têm que ter estimativas orçamentais, têm que ter uma maturidade significativa porque sem isso também não eram aceites as candidaturas.

Todo este trabalho é um primeiro passo, que dá muito trabalho nas organizações, para se poder aceder a Fundos Comunitários. Por parte de

algumas organizações privadas mais frágeis este trabalho é o obstáculo para poderem beneficiar dos Fundos disponíveis.

Antes de colocar os Pontos VI e VII à discussão pergunto ao Sr. Presidente se esta apresentação pode ser encaminhada por mail porque esta apresentação em PowerPoint também nos dá uma outra visão mas, desde já, em nome dos Deputados agradeço o esforço que o Executivo fez para nos apresentar o Orçamento com este suporte no PowerPoint.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Ervedal da Beira e Vila Franca da Beira, Sr. Eng.º Carlos Artur Simões Esteves Maia, que fez a seguinte intervenção:

“Acho que já foram aqui apresentados uma série de números e este PowerPoint, de certa forma, também já foi elucidativo para todos nós. Não vou debruçar-me sobre rubricas, sobre uma série de investimentos, sobre as receitas, sobre as despesas porque o Sr. Presidente da Câmara já o fez.

Habitualmente as despesas correntes são sempre mais elevadas do que as despesas de capital e normalmente as despesas com pessoal, e estamos a falar de uma Câmara Municipal que tem um Quadro e Pessoal, têm custos para desenvolver as atividades que têm que desenvolver e, obviamente, é sempre uma fatia considerável do Orçamento mas, não estou muito preocupado, porque no ano de 2018 as despesas com o pessoal estiveram ao nível de 2012 e, por isso, acho que os custos com pessoal estão mais ou menos estabilizados.

Aquilo que há a registar neste Orçamento é efetivamente o montante tanto da parte das receitas como da parte dos investimentos. Se há investimento obviamente que tem de haver dinheiro e nós sabemos que as receitas do FEF não são tão grandes quanto isso.

Portanto, está mais do que demonstrado que o dinheiro vem efetivamente pelo esforço e pelo trabalho que tem sido feito por este Executivo e pelos Serviços da Câmara Municipal, nomeadamente na apresentação de candidaturas aos Fundos Comunitários e às participações nos projetos que têm sido executados.

Acho que não há muito a dizer e registo com agrado o seguinte: É importante termos vias de comunicação, habitações, edificações novas. Há aqui um aspeto que para mim é importante e há pouco tivemos aqui uma perspetiva daquilo que poderá vir a ser numa candidatura que, pelos vistos já estará submetida, que é na área do ambiente que é extremamente importante. Vimos que a área do ambiente teve um investimento de dois milhões de euros no ano

de 2018 e pelos vistos será para continuar para 2019, independentemente da questão dos projetos do PEDU, dos projetos do parque escolar.

Todos já entendemos, penso eu, que Oliveira do Hospital está na senda do desenvolvimento, os dinheiros estão a chegar a Oliveira do Hospital, o esforço que foi feito. Seguramente que no ano de 2020, quando estivermos a apreciar a prestação de contas do anos de 2019, os números também serão agradáveis de se ver e com alguma satisfação nossa.

Acho que não há muito a dizer sobre isto. O investimento existe, o trabalho está a ser feito, passa-se com um saldo de gerência que toda a gente leu.

Sr. Presidente da Câmara Municipal, acho que o Executivo está de parabéns porque, como já disse anteriormente, eu gostaria de ter visto noutros Executivos esta ambição para o Concelho de Oliveira do Hospital. Esta ambição não é só para a cidade é para todo o Concelho como se tem visto nos vários investimentos que têm sido feitos nas várias Freguesias.

Portanto, os investimentos estão a ser feitos, estamos no bom caminho e eu acho que estão de parabéns quanto a este esforço que está a ser feito por parte da Câmara Municipal.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Eng.º Carlos Augusto Inácio da Fonseca, que fez a seguinte intervenção:

“Duas ou três notas rápidas: Realço a excelência deste ano de 2018 e realço a excelência do que foi feito pela Câmara Municipal. Houve uma resposta total às pessoas, às famílias e às empresas.

Queria enfatizar a recuperação das primeiras habitações, a recuperação em geral do edificado e a recuperação dos bens e das infraestruturas. Também queria aqui enfatizar a ligação forte da Autarquia ao Governo e ao Programa Renascer, a forte sustentabilidade do Município de Oliveira do Hospital, o equilíbrio financeiro, os ganhos de eficiência, o apetrechamento que o Município está a fazer, o Sr. Presidente da Câmara Municipal já referiu isso, e do esforço que está a fazer em termos de futuro. Nós sabemos que a realidade que se vive no Concelho de Oliveira do Hospital mudou ao longo dos anos, nós que andamos aqui há vários anos sabemos que as preocupações e os anseios das populações são completamente diferentes. O meu colega já falou também na questão ambiental.

Não vou referir números mas a questão dos projetos e obras já foram referidas enfaticamente, a questão das transferências do FEF que são

importantes, as receitas próprias, os fundos das empresas, o desenvolvimento do território.

Queria dar duas ou três notas que influenciam claramente este território, que é o nosso Concelho e que é o nosso Município: Diminuição do desemprego, diminuição da taxa de inflação, diminuição do deficit, crescimento do PIB. Pela primeira vez na história da democracia tivemos um Saldo Orçamental positivo no primeiro trimestre deste ano no valor de oitocentos e quarenta mil euros. Acho que devemos estar orgulhosos disso. Não temos deficit orçamental no País e isto quer dizer alguma coisa.

Já foi referido que a receita do Município foi na ordem dos dezoito milhões de euros e que a despesa foi de dezasseis milhões de euros, esta diferença dá um saldo na ordem dos dois milhões de euros que depois são aplicados no exercício de 2019.

Queria também enfatizar a Taxa de Execução do Orçamento, sendo que nas receitas foi de 95,5 % e na despesa de 62 %.

Há aqui uma questão que para mim é importante e que é a questão da diminuição do empréstimo da Câmara Municipal porque, ao pagar o empréstimo, permite-lhe ter uma capacidade de endividamento maior, o que significa que dos grandes projetos que estão em carteira temos a possibilidade de, se for necessário, ir buscar dinheiro de outro modo e não através das receitas próprias, e isso é importante.

O resultado líquido do exercício é de cento e vinte e dois mil, novecentos e quarenta e quatro euros e seis cêntimos que naturalmente nos engrandece e engrandece o Sr. Presidente e a sua equipa. Estamos todos de parabéns. Acho que dá gosto ter uma Câmara destas e dá gosto viver neste Município de Oliveira do Hospital.

Naturalmente que o resultado final de tudo isto é a aprovação destas contas.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Queria dar-vos uma informação mais abrangente mas que é importante: Nós aprovámos em reunião de Câmara Municipal uma Tarifa de Coesão Social que permite a redução mínima na água e saneamento para as pessoas com menores rendimentos, e foram abrangidas duzentas e noventa e uma pessoas. Integramos neste grupo os Bombeiros das duas corporações do Concelho para permitir que houvesse motivação para o voluntariado. Foram contemplados

oitenta e quatro Bombeiros. O valor desta Tarifa de Coesão Social, e que a Câmara Municipal tem que pagar do seu orçamento, é de cerca de vinte e um mil euros.

São políticas de carácter social por nós adotadas e acho que são relevantes.

Também me apraz registar que estas contas, na reunião de Câmara Municipal, foram aprovadas por unanimidade e, por isso, não posso deixar de dar uma palavra de reconhecimento ao Sr. Vereador da oposição, Eng.º João Paulo.”

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto VI - Apreciação e votação, nos termos da alínea l), do nº 2, do artigo 25º do anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, do inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação, bem como, apreciação e votação dos documentos de prestação de contas do ano 2018, que foi aprovado por unanimidade.

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto VII - Apreciação e votação, nos termos da alínea l), do nº 2, do artigo 25º do anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de aplicação do resultado líquido do ano de 2018, que foi aprovado por unanimidade.

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Esta aprovação da prestação de contas do ano 2018 por unanimidade dá-nos mais responsabilidade. Queria agradecer às forças políticas de oposição esta votação porque isso demonstra honestidade intelectual. Queria agradecer a todos os Deputados Municipais a confiança que nos foi dada e essa confiança implica responsabilidade em relação às contas do próximo ano.”

De seguida procedeu-se à votação da presente Ata em minuta que foi aprovada por unanimidade.

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Eng.ª Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Não me compete manifestar apreço pela atitude de aprovação das contas porque, na verdade, tivemos uma Sessão um bocadinho mais tensa do que é

costume. Quero voltar a reforçar o que disse já várias vezes: É fundamental que possamos exprimir as nossas opiniões com correção e respeito. Nem o Município ganhava se não houvesse pluralidade e diferenças. A pluralidade é importante e até a totalidade das críticas ajudam o Executivo a fazer melhor.

É importante que tenhamos uma postura construtiva porque estamos aqui para defender os interesses e o futuro da nossa terra.

Agradeço a participação de todos e volto a salientar o privilégio que é vivermos neste País e vou aqui citar uma frase do nosso Presidente da República: “*memória, gratidão e esperança*”. No mesmo evento o nosso Primeiro Ministro também nos projetou muito para a importância de podermos construir um futuro e de podermos alimentar a esperança.

Sou uma pessoa que identifico os problemas e também acho que não é tudo perfeito. Governar é muito difícil, e é difícil se for o PS, se for o PSD, se for o CDS, se for o BE e se for uma mistura de todos. Governar é muito difícil porque os desafios são muitos, os recursos raramente são os suficientes e depois há muitas sensibilidades e muitos desafios que às vezes não estão ao alcance dos ciclos governativos. Não se esqueçam também que, quando se Governa, pode ter que haver uma rutura com algumas políticas. Também há políticas, mesmo não nos revendo completamente nelas, não estamos a fazer o nosso melhor, se não as retomarmos e procuramos segui-las. Eu depois de ter passado por funções governativas passeia a respeitar mais o esforço das pessoas que se dedicam à vida pública. A vida pública realmente representa um desafio grande em termos de dedicação.

Para finalizar, quero dizer que devemos ter o nosso sentido crítico mas dentro de uma perspetiva positiva. Devemos gastar as nossas energias a construir, mais do que a criticar e a destruir, não significando isso que não devamos identificar os pontos que estão menos bem.

Muito obrigada a todos.”

E, não havendo mais nada a tratar, sendo dezanove horas e trinta minutos, a Sra. Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a sessão, da qual para constar se lavrou a presente Ata que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelos Membros da Mesa e por mim

Primeiro Secretário, que a subscrevi.

(Presidente)

(Primeiro Secretário)

(Segundo Secretário)
